Entre a Plataforma e o Partido

as tendências autoritárias e o anarquismo

Patrick Rossineri

Em primeiro lugar, as tendências plataformistas e anarcopartidárias especifistas declamam uma renovação teórica que, quando não brilha por sua ausência, tão só se reduz à incorporação acrítica de elementos ideológicos do marxismo-leninismo. A pobreza teórica da Plataforma de Archinoff é tal que sua análise do contexto político, econômico e social da Rússia de 1921 nem sequer eram satisfatórios para os padrões da época. Nenhum estudioso com um conhecimento mínimo da história russa ou ucraniana levaria a sério as análises de Archinoff, ainda mais deficientes que as dos bolcheviques.

Isto não seria um problema sequer a considerar se os autores da Plataforma não tivessem dado validade universal às suas teorias. Argumentaram que seu anarquismo é o fruto "da experiência na revolução russa", a qual supõem que lhes abriu muito as portas do esclarecimento teórico-ideológico. A plataforma de Archinoff está fundamentada em uma generalização da interpretação de um acontecimento histórico particular e irrepetível – a participação anarquista durante a revolução russa –, residindo ali grande parte de sua anemia e caducidade. Além de ser subjetiva, como toda experiência, e não dar prerrogativas de nenhuma espécie a quem as vivenciou, os autores da Plataforma (Archinoff, Makhno, Mett) foram tão participantes da "experiência russa" quanto seus detratores (Volin, Fleshin, Berkman). E não deve se pensar que os neoplataformistas na atualidade não repetem semelhante sandice; eles se encarregam de pregá-la aos quatro ventos.

ENTRE A PLATAFORMA E O PARTIDO: AS TENDÊNCIAS AUTORITÁRIAS E O ANARQUISMO

Patrick Rossineri

Ateneu Diego Giménez
2011

ENTRE A PLATAFORMA E O PARTIDO:
AS TENDÊNCIAS AUTORITÁRIAS E O ANARQUISMO

O anarquismo é um movimento – ou seja, uma multiplicidade de tendências – cujo fim geral é fundar uma sociedade sem explorados nem oprimidos, abolindo qualquer forma de governo e de propriedade dos meios de produção, eliminando as classes sociais e seus privilégios, as desigualdades raciais, sexuais, econômicas, políticas e sociais. Este esboço descritivo compreende a maioria das tendências que se denominam anarquistas: individualistas, organizacionistas, comunistas, coletivistas, plataformistas, anarcossindicalistas etc. Não obstante este caráter movimentista inerente ao anarquismo, algumas tendências têm uma visão não tão inclusiva, e apontam para a formação de uma organização anarquista do tipo partidária: um partido anarquista.

Estas propostas geralmente tomam como ponto de partida a Plataforma Organizacional que lá pelos anos 20 Makhno, Archinoff e outros destacados militantes anarquistas russos, que haviam conseguido sair da Rússia bolchevique, esboçaram no exílio. Este documento propunha a reorganização do anarquismo na Rússia incorporando – sem reconhecê-lo – elementos de nítido corte leninista, com a intenção de superar os erros que haviam levado à derrota anarquista frente à preponderância bolchevique durante a Revolução Russa. Dentro desta linha plataformista se destam o Workers Solidarity Movement da Irlanda e a North Eastern Federation of Anarchist Communists norteamericana, sendo alguns de seus referenciais mais conhecidos na América Latina a Alianza de los Comunistas Libertarios do México, a Organización Comunista Libertaria do Chile, a Federação Anarquista Gaúcha brasileira e a Organización Socialista Libertaria argentina. Mas também houve nos anos 60 e 70 outras tendências que, sem se reconhecerem abertamente plataformistas, esboçaram uma vertente paralela influenciada pela revolução cubana. O principal referencial desta linha foi a Federación Anarquista Uruguaya, organização paradigmática e fonte de inspiração de organizações anarcomarxistas e anarquistas de estilo partidário, como foi o caso na Argentina da Resistencia Libertaria, assim como o de várias organizações plataformistas.

Na maioria destas tendências e organizações existem certos pressupostos compartilhados, padrões comuns e elementos afins, que permitem englobá-las como uma única corrente. Seu elemento de maior destaque é a concepção de que a revolução anarquista deve ser propulsionada por organizações do tipo partidário. Esta concepção foi justificada de diversos ângulos e com argumentações diferentes, nem sempre congruentes entre si. De todo modo, os pontos em comum prevalecem sobre as diferenças, que mais parecem matizes de uma mesma cor.

Provisoriamente, digamos que entendemos por partido político um grupo de pessoas formando uma organização política adscrita a uma ideologia e com um programa de ação, cuja finalidade é a tomada do poder político, é uma organização independente do Estado e tem como pretensão ser representante da vontade geral e dos interesses da maioria. O partido político nos é apresentado como um veículo de transformação social, como um meio para alcançar um fim (o governo). A concepção do

partido anarquista se ajusta aos parâmetros gerais dos partidos políticos na teoria, salvo no que diz respeito à tomada do poder político; o meio de transformação social é a organização partidária, que estabeleceria a direção revolucionária. Frente a esta concepção representativa, diretiva, externa e mediadora do plataformismo e do anarcopartidismo se levanta a maior parte do movimento anarquista em todas as suas outras vertentes. A seguir, examinaremos alguns dos pressupostos básicos e argumentos que estas tendências utilizam para justificar a necessidade de se organizar sob a forma de partido.

O que é um partido político?

Os partidos políticos surgiram como grupos ou clubes de indivíduos colaboradores que apoiavam a candidatura parlamentar de um político. Desde suas origens no começo do século XIX, os partidos políticos se vincularam à ideia de governo (acesso ao poder) e à ideia de eleições representativas. Eram facções ou grupos políticos organizados em torno de um candidato, mas com o tempo foram adquirindo um caráter muito menos provisório ou circunstancial, convertendo-se em organizações mais formais, estratificadas e burocratizadas, já não se organizando em torno de um indivíduo mas de um programa ou ideologia. Em um sentido mais moderno – segundo afirma o estudioso Francisco de Andrea Sánchez – um partido político apresenta certas características que o diferenciam de outro tipo de grupos políticos: "a) uma organização permanente, completa e independente, b) uma vontade de exercer o poder, e c) uma busca do apoio popular para poder conservá-lo". Este autor afirma que assim como dentro da categoria meios de transporte são incluídas as diversas classes de veículos, poderia se dizer que "todo partido político é um grupo político, mas nem todo grupo político é um partido político". Um grupo político pode ser uma ONG, um grupo sindical, um grupo universitário, um clube etc., não necessariamente um partido político.

Esta distinção é essencial quando se trata de abordar o porquê da rejeição dos anarquistas à formação de um partido. Todas as definições de partido político levam como ingrediente ineludível a vontade de aceder a um governo. Vejamos as seguintes definições:

1- "Um partido político é um grupo de seres humanos que tem uma organização estável com o objetivo de conseguir ou manter para seus líderes o controle de um governo e com o objetivo ulterior de dar aos membros do partido, por meio de tal controle, benefícios e vantagens ideais e materiais" (Friedrich, Carl J. Teoría y Realidad de la Organización Constitucional Democrática, México, FCE: 297).

2- "A forma de organização que, descansando em um recrutamento livre, tem como fim proporcionar poder ao seu dirigente dentro de uma associação e outorgar por esse meio aos seus membros ativos determinadas probabilidades ideais ou materiais" (Weber, Max. Economía y Sociedad, México, FCE, 1969: 228).

3- “Um partido é um grupo cujos membros se propõem a atuar em concordância na concorrência pelo poder político” (E. Schumpeter, citado em Andrea Sánchez. Los Partidos Políticos: 61).

Estas são apenas algumas das definições que a teoria sociológica moderna admite para a categoria de partido político. Então, um partido é uma organização estruturada para dirigir, administrar, representar, governar, é uma entidade essencialmente mediadora (promove a ação indireta). Atendendo ao anterior, a forma partido termina por ser contraditória com algumas das finalidades básicas do anarquismo: acabar com qualquer tipo de poder político, eliminar o Estado e qualquer forma de governo. Esta é a principal objeção que se pode fazer à ideia de partido anarquista.

A falácia do partido bakuninista

Mas esta incongruência entre meios e fins costuma ser eludida pelos anarcopartidistas, objetando que quando falam de partido se referem ao sentido que Bakunin lhe deu, como é o caso da ACL mexicana. Em um documento denominado O Anarquismo Revolucionário e os Partidos Políticos, afirmam que Mikhail Bakunin “compreendia à perfeição a necessidade histórica de um partido revolucionário, formado unicamente pelos elementos mais entregues e abnegados à causa revolucionária. Bakunin não somente compreendia a necessidade de uma organização de tais características, mas a construiu no ano de 1868 sob o nome de Aliança da Democracia Socialista”.

Em primeiro lugar, é absolutamente falso que Bakunin “compreendera à perfeição a necessidade histórica de um partido revolucionário”, mais ainda quando o que se assinala como um partido político de sua criação não o era no sentido moderno. A Aliança era um grupo político de vanguarda para a ação e a luta como disse o próprio Bakunin: “o único objetivo da sociedade secreta tem que ser não a constituição de uma força artificial fora do povo, mas despertar e organizar as forças populares espontâneas”. O papel da vanguarda não é dirigir ou conduzir as massas em direção à revolução, mas influenciar as classes populares para se auto-organizarem e se emanciparem elas mesmas, de dentro das massas e não externamente, estimulando a ação direta espontânea. Bakunin se refere na realidade a pequenos grupos independentes e interconectados entre si que respondem a um mesmo ideal revolucionário. O que a Aliança se propunha era influenciar as massas, não dirigi-las de uma posição de poder. A Bakunin interessava muito menos a continuidade de tal organização depois de produzida a revolução, o que concorda com sua visão insurrecionalista e espontânea da revolução social. A permanência no tempo ou a participação reformista estavam excluídas das atividades da Aliança.

Tomando algumas de suas frases isoladas, poderia ser interpretado que há pontos de contato entre o vanguardismo de Bakunin e a “direção revolucionária” de Lenin. E isto é possível porque a obra de Bakunin é assistemática, dispersa, fragmentária, descontínua e muitas vezes confusa (o que transparece em expressões como “a Aliança tem por missão dar a estas massas uma direção realmente

revolucionária")[1]. Em contrapartida, a obra de Lenin é consideravelmente mais compacta e estruturada e oferece menos lugar para dúvidas. O britânico Christopher Hill – o mais brilhante historiador marxista de sua geração – descreve sucintamente a ideia de partido que Lenin defendia no célebre O Que Fazer?, de 1902: "somente um partido político da classe operária poderia ser instrumento da revolução. (...) não podia haver movimento revolucionário sem uma rigorosa orientação teórica. Mas a consciência de classe não podia brotar espontaneamente na classe operária; devia ser introduzida de fora por um partido político que constituísse a vanguarda e o guia consciente dessa classe". Por isso, quando a ACL afirma a "necessidade histórica" de um partido revolucionário, ao invés de seguir Bakunin, se enquandra claramente dentro do pensamento leninista. Por outro lado, a ACL declara que renuncia a se autodenominar partido somente por questões táticas, "já que hoje em dia se entende por partido a noção burguesa de: eleições, parlamento, poder político e toda uma série de conceitos que vão contra a emancipação popular". O que na realidade não pode significar outra coisa que dizer: "somos um partido, mas não o reconhecemos publicamente para evitar objeções".

Para a ACL, os partidos políticos autoritários são os burgueses e os leninistas, considerados verticais e centralistas, em oposição a um suposto partido anarquista que, de todo modo, não deixaria de lado a divisão entre dirigidos e dirigentes, emancipados e emancipadores, inconscientes e conscientes; nisto se resume esta suposta "tendência bakuninista". Como bem afirma a respeito o conselhista Roi Ferreiro: quando a ACL afirma que sua pretensão é "inserir nosso programa socialista libertário [nos movimentos populares] e conduzir as lutas populares por uma vertente anticapitalista", está dizendo tudo. Quem não souber ver aqui mais um "partido revolucionário", sem nenhuma diferença essencial com todos os demais que assim se proclamam, é que está cego.

O paradoxal do caso é que a ACL pretende se diferenciar do leninismo atribuindo ao próprio Bakunin a paternidade do pensamento leninista: "a concepção de uma Organização dos elementos de vanguarda não é, como muitos pensam, exposta pela primeira vez por Lenin. Com décadas de antecedência Bakunin entendeu que as organizações de defesa e resistência da Frente das Massas (por exemplo, os sindicatos ou as associações operárias internacionais) não eram suficientes para empreender uma luta revolucionária, e que faziam falta, além delas, os núcleos dos revolucionários mais conscientes que disputassem a direção dos movimentos populares com as tendências reformistas e as abertamente burguesas". Aqui se revela em toda a sua essência um partido político que compete pelo poder com outras forças de características similares. É desnecessário dizer que este nunca foi o pensamento de Bakunin.

Se a ACL afirma que sua principal diferença com o pensamento leninista consiste em que a organização anarquista não pretende tomar o poder, devemos ter em conta que, a despeito dos fins serem opostos, os meios para consegui-los são similares. E isto deveria acender uma luz de alerta em todos aqueles que com boas intenções aderem a este tipo de proposta, porque o salto que vai da direção dos movimentos populares à direção político-econômica da sociedade por uma organização anarquista pode ser na realidade apenas um passo.

A artimanha do "partido de Malatesta"

Evidentemente, o conteúdo contraditório do termo partido anarquista tampouco escapa a outros grupos que tendem a justificar sua utilização. Por exemplo, em Hijos del Pueblo, nº 7 (Buenos Aires, junho de 2007) se afirma que nos anos 70 a Liga Anarco Comunista e a Resistencia Libertaria "levantavam como estratégia a necessidade da construção de uma Organização Específica Anarquista, sendo a primeira uma tendência ou linha, mais um grupo que participaria do processo da construção de tal organização, que era caracterizada como um partido. Isto se fazia retomando as explicações de Bakunin e de Malatesta, o qual se referia à necessidade de formar um partido anarquista, entendendo por tal a organização dos anarquistas".

Em primeiro lugar, faz-se necessário esclarecer que a Resistencia Libertaria, segundo aqueles que a integraram, era um partido de quadros na concepção moderna do termo, inspirada nos partidos da esquerda revolucionária dos anos 70. Por isso é incorreto recorrer a Malatesta – muito mais a Bakunin – para justificar a "necessidade de formar um partido anarquista". O termo partido tal como Malatesta o usava não tinha o sentido da forma histórica "partido político", mas era utilizado como sinônimo de organização, agrupamento, grupo político ou facção. Um partido em sua concepção moderna é um tipo, uma classe de organização bem definida.

A própria FAU – que propicia uma versão de anarcopartidismo de cunho próprio – em sua página da Internet esclarece que o sentido que Malatesta deu ao termo partido é "o conjunto de todos aqueles que combatem por um determinado objetivo político-social, com os mesmos critérios e acordos, independentemente das formas específicas de organização, e também de sua existência ou não". Quando Malatesta falava de partido não falava de outra coisa além de organização, frente às posturas individualistas de sua época. Não se referia a um partido político de nenhuma espécie, mas se referia ao "conjunto de indivíduos que têm um objetivo comum e se esforçam por alcançar esse objetivo". Porque o que se discutia nesses anos era se deveriam atuar em organizações ou atuar individualmente; não eram apresentadas questões como partido sim ou partido não.

Por exemplo, vejamos a forma de organização que Malatesta concebe: "Desejamos que os grupos anarquistas se multipliquem e se alarguem. Faça-se uma federação, façam-se duas, façam-se cem: o importante é que cada um encontre o ambiente que lhe convém, que cada um possa trabalhar segundo suas ideias e temperamento, e encontre na associação não um limite à sua liberdade, mas o modo de tornar sua atuação mais eficaz, sua liberdade mais verdade... Liberdade do indivíduo no grupo e do grupo na federação". Esta concepção aberta do termo partido em Malatesta não corresponde em absoluto com a concepção restrita de partido político, mas é aplicável a diversos tipos de organizações e associações.

Além disso, Malatesta condenou explicitamente o tipo de organização partidária de corte leninista – como o fez com o plataformismo –, e advertia que se a revolução era obra da organização anarquista e não dos trabalhadores por si mesmos "então já não havia triunfo do anarquismo, mas um triunfo nosso. Por mais que nos chamássemos anarquistas, na realidade não seríamos mais que simples governantes e seríamos impotentes para o bem como o são todos os governantes" (V. Richards: 128). Então,

utilizar a expressão partido anarquista no sentido malatestiano é um anacronismo perfeitamente substituível pelos atuais termos de organização ou coletivo anarquista; é atribuir a uma expressão um significado diferente daquele que seu autor lhe dava. Este disparate não encontra maiores justificativas quando Vernon Richards e Ángel Capelletti, os mais notáveis comentaristas de Malatesta, nunca interpretaram o enunciado partido anarquista como a proposta de formar um partido político como forma organizativa dos anarquistas.

Então, qual é o sentido em insistir na utilização do termo partido anarquista, para logo ter que esclarecer que na realidade se faz referência a um grupo político completamente diferente do que se entende comumente por "partido político"? Talvez a resposta seja que o que na verdade se está buscando é a naturalização do termo partido entre os anarquistas como um primeiro passo em direção à formação de partidos políticos anarquistas propriamente ditos.

Lenin e a concepção bolchevique de Partido

Dissemos que a concepção de partido de vanguarda que alguns anarquistas assumem se enquadra claramente em uma concepção leninista, ao invés de fazê-lo – como declamam – sobre o pensamento de Bakunin ou o de Malatesta. Vejamos quais são os elementos principais da concepção leninista de partido, que após a revolução russa de outubro de 1917 os bolcheviques adotaram como doutrina oficial.

O primeiro ponto a destacar é que Lenin acreditava que a consciência revolucionária deveria ser introduzida ao proletariado de fora, externamente. O proletariado por seus próprios meios só levava adiante a luta econômica, que se atola na luta sindicalista, de finalidade reformista. Sem um partido revolucionário que a dirigisse, a luta de classes não se desenvolveria plenamente e permaneceria em uma fase embrionária. Esta concepção de exterioridade do partido com respeito ao proletariado, que inculca a consciência revolucionária verdadeira (marxista, segundo afirmam) a uma massa incapaz de gerar sua própria autoconsciência revolucionária e suas próprias ideias, é complementada pelo papel dirigente do partido como vanguarda revolucionária do proletariado. Estas ideias foram nitidamente expressadas em 1902 com o capítulo II do folheto O Que Fazer? em referência às formidáveis greves da década anterior na Rússia:

> *Dissemos que os operários não podiam ter consciência social-democrata. Esta só pode ser trazida de fora. A história de todos os países demonstra que a classe operária está em condições de elaborar exclusivamente com suas próprias forças somente uma consciência unionista, ou seja, a convicção de que é necessário se agrupar em sindicatos, lutar contra os patrões, reclamar ao governo a promulgação de tais ou quais leis necessárias para os operários etc. Em contrapartida, a doutrina do socialismo surgiu das teorias filosóficas, históricas e econômicas elaboradas por intelectuais, por homens instruídos das classes possuidoras. Por*

> *sua posição social, os próprios fundadores do socialismo científico moderno, Marx e Engels, pertenciam à intelectualidade burguesa. De igual modo, a doutrina teórica da social-democracia surgiu na Rússia independente por completo do crescimento espontâneo do movimento operário, surgiu como resultado natural e ineludível do desenvolvimento do pensamento entre os intelectuais revolucionários socialistas.* (Lenin, op. cit.)

> *A teoria de Marx esclareceu a verdadeira tarefa de um partido socialista revolucionário: (...) organizar a luta de classe do proletariado e dirigir esta luta, que tem por objetivo final a conquista do Poder político pelo proletariado e pela organização da sociedade socialista.* (Nosso Programa, pág. 127)

Segundo Lenin, então, não é possível a autoemancipação da classe operária, porque ela não pode ter consciência revolucionária se ela não lhe for inserida a partir de fora. E quem são aqueles que têm consciência socialista? Os intelectuais revolucionários socialistas, ou seja, uma vanguarda esclarecida que guiará ao triunfo a classe operária. Esta vanguarda se organiza como um partido revolucionário encarregado de dirigir a luta operária contra o capitalismo. O partido revolucionário se converte em historicamente necessário, no elo ineludível entre a classe operária e a obtenção do socialismo.

Outro ponto de destaque da teoria leninista é o papel orientador da teoria revolucionária. Sem uma teoria rigorosa não há revolução possível. E são precisamente elementos de origem burguesa que proporcionarão suas capacidades intelectuais para forjar esta teoria.

> *Não pode haver um forte partido socialista sem uma teoria revolucionária que agrupe todos os socialistas, da qual estes extraiam todas as suas convicções e a apliquem em seus procedimentos de luta e métodos de ação. Defender esta teoria, que segundo seu mais profundo convencimento é a verdadeira, contra os ataques infundados e contra as tentativas de alterá-la não significa, de modo algum, ser inimigo de toda crítica.* (Ibidem, pág. 128)

Ainda que Lenin não o expresse como uma condição necessária, de fato são os intelectuais dos extratos burgueses que se ocupam das tarefas de direção do partido revolucionário, que por sua vez dirige a luta do proletariado. Em outras palavras, o partido é a vanguarda da revolução social e os intelectuais são a vanguarda do partido.

Lenin também se encarregou de detalhar a forma organizativa do partido comunista. Afirmava que os fins do partido só poderiam ser alcançados através de uma forma de organização disciplinada denominada centralismo democrático. O partido era concebido como um exército disciplinado de revolucionários, os elementos mais

conscientes do proletariado, aptos para se desenvolverem em qualquer tipo de situação: a vanguarda revolucionária.

O centralismo democrático combina o centralismo de um aparato militarizado com o funcionamento democrático, exaltando a disciplina consciente e a renúncia voluntária à liberdade com o fim de alcançar unidade de ação e uma máxima eficácia na ação do partido. Em teoria, as discussões circulariam de baixo para cima e vice-versa na estrutura vertical do partido, garantindo que as decisões que a direção implemente tenham sido discutidas por toda a organização. O marco geral destas discussões seria o de uma organização de autoridades eletivas e revogáveis, com estrita disciplina de partido, liberdade de crítica interna, responsabilidade individual do integrante, trabalho coletivo, soberania da maioria sobre a minoria, subordinação às decisões da direção, as quais são vinculantes para os organismos inferiores.

Como dissemos, assim seria o funcionamento do centralismo democrático na teoria, mas é preciso sublinhar que historicamente nunca houve uma organização leninista que tenha chegado a funcionar dentro desta concepção, mas sempre o fizeram exacerbando o centralismo hierárquico, o papel esclarecido da dirigência, anulando a dissidência interna, priorizando o "aspecto militar" da organização, a disciplina rígida e anulando a iniciativa individual dos militantes. O centralismo democrático é uma ficção histórica e um eufemismo que mascara o burocratismo concreto dos partidos leninistas.

Outro aspecto destacável da doutrina leninista consiste precisamente em sua repugnância a qualqer forma de espontaneísmo popular ou à perda do controle da luta operária por parte do partido: "nossa 'tática-plano' consiste em rejeitar o chamado imediato ao assalto, em exigir que se organize 'devidamente o assédio da fortaleza inimiga' ou, dito em outros termos, em exigir que todos os esforços sejam dirigidos para reunir, organizar e mobilizar um exército regular" (O Que Fazer, capítulo V).

Como se pôde apreciar, Lenin sempre ressalta os aspectos militares, tático-estratégicos, logísticos, as relações de forças, os planos de assalto, ou seja, o que no jargão político-militar é denominado de Técnica do Golpe de Estado, que foi eficientemente empregada por Trotsky em outubro de 1917 e brilhantemente explicado por Curzio Malaparte. Cabe ressaltar que a menção ao exército regular que Lenin faz se refere às forças armadas do exército burguês, quando não é possível que o próprio partido forme um exército revolucionário.

Quem mais teorizou e promoveu este aspecto militarista do marxismo-leninismo foi Mao Tse-Tung, que dedicou páginas intermináveis à exposição dos fundamentos e das "leis" da Guerra Popular e Prolongada em um tedioso manual militar chamado Problemas Estratégicos da Guerra Revolucionária da China, em 1936. Todo o corpo teórico referente às táticas e estratégias da guerra revolucionária, apesar de ter ficado completamente desatualizado por razões históricas, continua sendo fonte de referência principal e de estudo nos partidos leninistas. Todo um exemplo de dogmatismo a-histórico e cientificista, da parte daqueles que se consideram possuidores exclusivos dos métodos infalíveis para conseguir revoluções e conhecedores do transcurso materialista-dialético da História humana.

Toda a terminologia militar que Lenin emprega não está divorciada de sua concepção de como funciona a política, nem de suas ideias sobre a importância da

disciplina dentro do partido. No fundo, a concepção leninista não difere da que von Clausewitz popularizou: a guerra é a continuação da política por outros meios. Para Lenin:

> *A ditadura do proletariado é a guerra mais abnegada e mais implacável da nova classe contra um inimigo mais poderoso, contra a burguesia, cuja resistência se encontra decuplicada por sua derrocada (...) a vitória sobre a burguesia é impossível sem uma luta prolongada, tenaz, desesperada, a morte, uma luta que exige serenidade, disciplina, firmeza, inflexibilidade e uma vontade única.* (A Doença Infantil do "Esquerdismo" no Comunismo, págs. 6-7)

Frente à reprovação que alguma vez lhe foi feita sobre a utilização destes modismos castrenses, em particular da palavra agente, Lenin gabava-se disso com ironia:

> *Eu gosto desta palavra, porque indica de modo claro e incisivo a causa comum à qual todos os agentes subordinam seus pensamentos e seus atos, e se tivesse que substituir esta palavra por outra, eu só escolheria o termo "colaboradores", se este não tivesse certo tom de literaturismo e de imprecisão. Porque o que precisamos é de uma organização militar de agentes.* (O Que Fazer, cap. V)

E essa visão marcial da política, longe de apresentar escrúpulos em sua ação, utiliza qualquer meio ao seu alcance para conseguir seu objetivo, ou seja, a tomada do poder do Estado e a instauração da ditadura do proletariado. Em sua concepção, os meios são subordinados aos fins, máxima da qual Lenin foi mestre, dando lições de oportunismo e arrivismo sem igual. Uma de suas anedotas mais conhecidas é que se valeu do agente alemão, teórico socialista e financista judeu Helphand-Parvus – o qual desprezava profundamente – para obter meios econômicos e materiais para ingressar clandestinamente na Rússia, como se sabe, com dinheiro proporcionado pelos imperialistas alemães, que sabiam que um triunfo bolchevique tiraria a Rússia da guerra e frearia a contingência de uma revolução protagonizada pelos conselhos operários autenticamente radicalizada.

A disciplina partidária – assim como em um exército – era uma das pedras angulares do projeto revolucionário leninista. Sem uma centralização severa e uma disciplina férrea, não seria possível uma revolução. Fica difícil conjugar a obediência cega que Lenin e seus seguidores exigiam de seus subordinados com a democracia interna, a liberdade de crítica e o espírito autocrítico que recomendavam implementar dentro do partido. Esta disciplina partidária não se limitava à autodisciplina consciente e à exacerbação das responsabilidades do militante. Após a revolução, Lenin se perguntava o que devia ser feito para manter a disciplina do partido revolucionário,

como era controlada e como era reforçada. A resposta era previsível: pela consciência, pela firmeza e pelo espírito de sacrifício da vanguarda proletária e "pelo sucesso da direção política que esta vanguarda leva a cabo; pelo sucesso de sua estratégia e de sua tática políticas, na condição de que as massas mais extensas se convençam disso por experiência própria. Sem estas condições, não é possível a disciplina em um partido revolucionário, verdadeiramente apto para ser o partido da classe avançada, chamada para derrocar a burguesia e para transformar toda a sociedade" (A Doença Infantil do "Esquerdismo" no Comunismo, pág. 8). As repressões que Lenin e Trotsky se encarregaram de encabeçar contra os revolucionários que se opunham à autocracia bolchevique e, posteriormente, o genocídio selvagem dirigido por Stalin para disciplinar as massas preenchem a expressão, por experiência própria, de um conteúdo funesto.

O unitarismo partidista é outro aspecto não menos destacável da teoria leninista. Para Lenin, um único partido revolucionário é encarregado de levar adiante a direção revolucionária, porque cada partido representa um interesse de classe diferente. Como é lógico deduzir, se dois partidos socialistas representam a classe operária, pelo menos um deles declama um representação falsa e não responde aos interesses de classe dos operários. Na visão de Lenin, o periódico terá um papel central e unificador, assinalando a linha correta ao resto do partido e unificando critérios para dentro e para fora da organização:

> *...o conteúdo fundamental das atividades da organização de nosso partido, o centro de gravidade destas atividades deve consistir (...) em uma labuta de agitação política unificada em toda a Rússia que projete luz sobre todos os aspectos da vida e que dirija as maiores massas. E esta labuta é inconcebível na Rússia atual sem um periódico central para toda a Rússia que apareça muito a miúde. A organização que se formar por si mesma em torno deste periódico, a organização de seus colaboradores (na concepção mais ampla do termo, ou seja, de todos os que trabalham em torno dele) estará precisamente disposta a tudo, desde salvar a honra, o prestígio e a continuidade do partido nos momentos de maior "depressão" revolucionária, até a preparar a insurreição armada de todo o povo, fixar data para o seu começo e levá-la à prática".* (Ibidem)

É claro que semelhante unidade de critérios, unidade teórico-ideológica e de ação somente pode ser alcançada com o mais estrito grau de disciplina militante e de obediência à linha que o Comitê Central preconiza.

Do unitarismo partidista dos bolcheviques, os anarquistas e social-revolucionários russos eram percebidos como uma aberração pequeno-burguesa, enquanto percebiam a si mesmos como o partido da vanguarda proletária. Apesar das condições históricas da Rússia terem sido únicas, algo que não pode deixar de reconhecer em muitos escritos, sem nenhum desembaraço Lenin afirmava que "a

experiência demonstrou que em algumas questões essenciais da revolução proletária todos os países passarão inevitavelmente pelo mesmo que a Rússia passou" (A Doença Infantil do "Esquerdismo" no Comunismo, pág. 15). Tendo em conta o destino final do castelo de naipes comunista que Lenin inaugurara e a plêiade de partidos únicos marxistas-leninistas (trotskistas, estalinistas, maoístas, guevaristas etc.) que presumem ser a verdadeira vanguarda proletária, só podemos nos assombrar frente ao patético grau de senilidade que as fórmulas leninistas evidenciam.

Algumas críticas à concepção leninista de partido

Deixando de lado as críticas provenientes de elementos burgueses ou autoritários, as principais objeções às teses de Lenin foram formuladas a partir do comunismo de conselhos e do anarquismo. Apesar do comunismo de conselhos se adscrever dentro da corrente marxista, ele renegava tanto a concepção vanguardista e autoritária de Lenin como o colaboracionismo social-democrata de Bernstein. Talvez uma das peculiaridades que as críticas ao bolchevismo apresentam a partir destes setores comprometidos com uma visão antiautoritária da revolução social seja o caráter profético de muitas de suas proposições com respeito à posterior evolução da ditadura do proletariado, ou melhor dito, à ditadura do Partido Comunista soviético.

A pergunta que os comunistas de conselhos alemães e holandeses faziam era: quem deve exercer a ditadura, o proletariado como classe ou o Partido Comunista? Segundo sua óptica havia dois partidos comunistas: o partido dos chefes (organiza e dirige a luta de cima, participando do poder) e o partido das massas (que luta de baixo rejeitando o parlamentarismo e o colaboracionismo). Segundo um de seus porta-vozes, o alemão Karl Erler, "a classe operária não pode destruir o Estado burguês sem aniquilar a democracia burguesa, e não pode aniquilar a democracia burguesa sem destruir os partidos" (citado em ibidem, pág. 15). Para Lenin esta posição era um claro exemplo de "infantilismo de esquerda". O líder bolchevique respondia a estas críticas com argumentos que ainda hoje continuam parecendo familiares:

> *Negar a necessidade do partido e da disciplina do partido, eis aqui o resultado a que chegou a oposição. E isto equivale a desarmar completamente o proletariado em proveito da burguesia. Isto os vícios pequeno-burgueses dão por resultado: dispersão, inconstância, falta de capacidade para o domínio de si mesmo, para a união dos esforços, para a ação organizada que produzem inevitavelmente, e se somos indulgentes com eles, a ruína de todo o movimento revolucionário do proletariado.* (Ibidem, pág. 33)

Segundo acreditava Lenin, as diferenças entre os comunistas de conselhos alemães e as proposições anarquistas eram quase inexistentes. Mas os anarquistas não mereciam a honra de ser alvo de seus ataques devido a sua rejeição ao marxismo e à ditadura do proletariado demonstrarem sua essência ideológica pequeno-burguesa. "A concepção de mundo dos anarquistas é a concepção burguesa do avesso. Suas teorias

individualistas e sua ideia individualista estão em oposição direta com o socialismo" (Lenin, Socialismo e Anarquismo, 1905).

Um dos teóricos mais brilhantes do conselhismo, o holandês Anton Pannekoek, afirmava que "O velho movimento operário está organizado em partidos. A crença nos partidos é a razão principal da impotência da classe operária; portanto, nós evitamos a criação de um novo partido. Não porque sejamos demasiado poucos – um partido de qualquer tipo começa com poucas pessoas –, mas porque um partido é uma organização que objetiva dirigir e controlar a classe operária. Em oposição a isto, nós mantemos que a classe operária só pode se lançar à vitória quando afronta de modo independente seus problemas e decide seu próprio destino. Os operários não devem aceitar cegamente os lemas de outros, nem de nossos próprios grupos, mas devem pensar, atuar e decidir por si mesmos" (Partido e Classe, escrito em 1936, edição eletrônica por CICA, 2005).

Depois de ver a luta de classes como uma luta de partidos – argumentava Pannekoek – se torna difícil considerá-la como uma luta de classes. Além disso, é uma ficção a identidade entre um partido (pessoas que estão de acordo em suas concepções sobre os problemas sociais) e uma classe (o papel das pessoas no processo de produção) que os bolcheviques propõem, já que as contradições não tendem a se resolverem entre eles, como mostra a realidade inescusável de encontrar partidos operários vazios de operários e partidos burgueses integrados por operários. Este problema é exposto por Pannekoek mediante a sentença: "a classe operária não é débil porque está dividida, mas está dividida porque é débil". Uma das causas desta debilidade é a ação das organizações de tipo partidário no interior da classe operária. Existe uma contradição entre o termo partido revolucionário já que por sua forma, conteúdo e objetivos estes partidos nunca podem sê-lo. "Podemos dizê-lo de outra maneira: no termo partido revolucionário, revolucionário sempre significa uma revolução burguesa. Sempre que as massas derrocam um governo e então permitem que um novo partido tome o poder, temos uma revolução burguesa – a substituição de uma casta governante por uma nova casta governante". O objetivo dos partidos é tomar o poder para eles e declamar que a revolução consiste nesse ato, em lugar de ajudar a autoemancipar a classe proletária. Com uma clareza magistral, Pannekoek descreve os partidos revolucionários:

> *Devem ser estruturas rígidas com linhas de marcação claras através de fichas de afiliação, estatutos, disciplina de partido e procedimentos de admissão e expulsão. Pois eles são os instrumentos do poder – lutam pelo poder, freiam seus membros pela força e buscam constantemente estender o alcance de seu poder. Sua tarefa não é desenvolver a iniciativa dos operários; em lugar disso, aspiram a treinar membros leais e incondicionais de sua fé. Enquanto a classe operária em sua luta por poder e pela vitória necessita da liberdade intelectual ilimitada, a dominação do partido tem que suprimir todas as opiniões exceto a sua própria. Nos partidos "democráticos", a supressão está velada; nos*

partidos ditatoriais, é uma supressão aberta e brutal. (Ibidem)

Então, o partido é um obstáculo para a revolução porque não serve como meio de propaganda e esclarecimento, pelo contrário, o governo é sua função principal. E toda autoproclamada vanguarda revolucionária cuja intenção seja dirigir e dominar as massas através do partido revolucionário é um elemento reacionário.

Os partidos são formas burguesas de organização e – como afirma Roi Ferreiro em Por Que Precisamos Ser Anti-Partido – estes partidos não são outra coisa além da ala esquerda do reformismo de esquerda, a extrema esquerda do capital. Os partidos existem em luta e oposição a outros partidos e justificam sua existência precisamente neste ponto; deste modo, pretendem converterem-se nos sujeitos executivos de um poder de classe. Os partidos não surgem da luta de classes, mas da crença em uma teoria acerca da luta de classes, de um ponto de vista exterior à mesma. E acrescenta Ferreiro: “Ao lutar para mudar as relações de poder, o partido luta implicitamente para ocupar um lugar nessas relações de poder mudadas – inclusive ainda que, em teoria, possa ser concebida a renúncia ao poder”. E termina com a fórmula: maior poder ao partido, menor poder real tem a classe trabalhadora.

Este último ponto é especialmente importante porque compreende algumas concepções de alguns setores anarcopartidistas – que já mencionamos anteriormente – que creem que apenas tirando de seu programa a tomada do poder já conjuraram o fantasma do leninismo e do autoritarismo dentro de sua organização. Não se trata de uma questão de palavras, ou concepções de uma mesma palavra. Trata-se de concepções diametralmente opostas, poderíamos dizer excludentes, de conceber um projeto revolucionário.

Do anarquismo, as críticas ao bolchevismo foram pródigas, mas aqui só mencionaremos algumas das referidas ao partido revolucionário. Talvez a crítica à concepção leninista melhor formulada tenha sido a de Luigi Fabbri em sua imprescindível obra Ditadura e Revolução; ainda que estivesse enfocada mais que qualquer outra coisa em refutar as teses marxistas-leninistas sobre a ditadura do proletariado, mais que em criticar o caráter partidário do bolchevismo. Não obstante, Fabbri desmente categoricamente as afirmações dos anarcopartidistas a que nos referimos anteriormente sobre a viabilidade de formar organizações partidárias anarquistas:

> *Os anarquistas têm escasso espírito de partido; não se propõem a nenhum fim imediato que não seja a extensão de sua propaganda. Não são um partido de governo nem um partido de interesses – a menos que por interesse se entenda o do pão e da liberdade para todos os homens –, mas somente um partido de ideias. É esta sua debilidade, por quanto lhes é vedado qualquer êxito material, e os outros, mais astutos ou mais fortes, exploram e utilizam os resultados parciais de sua obra.*
>
> *Mas esta é também a força dos anarquistas, pois somente afrontando as derrotas, eles – os eternos vencidos – preparam*

também a vitória final, a verdadeira vitória. Não tendo interesses próprios, pessoais ou de grupo para fazer valer, e rejeitando qualquer pretensão de domínio sobre as multitudes em cujo meio vivem e com as quais compartilham as angústias e as esperanças, não dão ordens que elas devam obedecer, não lhes pedem nada, mas lhes dizem: Sua sorte será tal qual a forjem; a salvação está em vocês mesmos; conquistem-na com seu melhoramento espiritual, com seu sacrifício e seu risco. Se quiserem, vencerão. Nós não queremos ser na luta nada além de uma parte de vocês.

Depois de citar Fabbri tão extensamente, quase não faria falta acrescentar que quando os italianos Malatesta, Fabbri ou Berneri utilizam o termo partido, não se referem a organizações políticas partidárias, mas ao mencionado partido de ideias. Nada mais longínquo da concepção leninista acerca do papel da vanguarda, das organizações revolucionárias e da atualização das massas. A leitura da obra de Fabbri, além de esclarecedora sobre a qualidade reacionária do bolchevismo, é surpreendentemente atual, devido ao caráter quase premonitório de muitas de suas proposições a respeito de como vai se desenvolver a revolução russa, e que ainda hoje encontram validade extraordinária quando aplicadas a supostos "processos revolucionários" como o caso cubano ou o bolivariano na Venezuela de Chávez.

Durante a revolução russa, os anarquistas mantiveram uma atitude crítica ao Partido Comunista e à sua atuação governista. Um dos porta-vozes mais radicalizados do anarquismo russo foi o Golos Truda, dirigido por Volin. Os anarquistas publicavam raivosamente as arbitrariedades dos bolcheviques, intervindo na autonomia dos comitês de fábricas e oficinas, impedindo o controle operário da produção. Os anarcossindicalistas de Moscou denunciavam o partidismo bolchevique proclamando "Abaixo a luta partidista!"; "Abaixo a Assembleia Constituinte!, onde os partidos irão voltar e voltar sobre 'critérios', 'programas', 'lemas' – e sobre o poder político! Vivam os sovietes locais, reorganizados, de novo, sobre uma linha verdadeiramente revolucionária, operária e não partidista!" (Em Paul Avrich, Os Anarquistas Russos, pág. 165)

Durante a revolução de outubro, os partidos podiam estar representados nos sovietes e nos conselhos de trabalhadores por delegados individuais, substituindo de fato os sovietes de camponeses, operários e soldados por sovietes de partidos políticos (finalmente ficando tão somente o partido bolchevique). "Oradores como Lenin e Trotsky não eram por certo nem operários nem soldados, e muito menos camponeses. Chegaram a ser líderes de seus conselhos em virtude de serem líderes de seu partido. Sua ascensão ao poder foi cumprida através de anos de intrigas partidárias. Como periodistas (se era essa sua profissão), tinham uma chance escassa de representar os

sovietes de tipógrafos. Como líderes de seu partido eram figuras proeminentes" (A. Meltzer e S. Christie, Anarquismo e Luta de Classes, pág. 141). Mais que periodistas, revolucionários profissionais, nos permitimos acrescentar.

Na realidade, é inevitável algum tipo de organização exterior aos comitês de fábrica, sindicatos, conselhos, comunas, sociedades de resistência, sovietes, ou como quer que se chame a unidade organizativa popular de base. Não se pode fechar os olhos e simplesmente afirmar que a propaganda política não existe. Para os anarquistas, se torna importante uma organização exterior de apoio, mas isso não implica na necessidade de formar partidos. Ou seja, os membros de um comitê e fábrica que são anarquistas atuam dentro do mesmo por sua condição de trabalhadores, com adscrição ideológica anarquista; mas não falam nem atuam em nome de uma organização, nem devem consultar esse organismo sobre qual será a política a adotar. Uma organização – ainda que careça de líderes ou chefes – que atue como um partido político revolucionário dentro das organizações operárias e comunais, se tornará inevitavelmente um dirigente fantasma, em um titereiro oculto por trás da decoração, em um líder invisível alimentado pelo culto à organização como fim em si mesma.

Como dizem os anarquistas britânicos Meltzer e Christie, certo grau de sectarismo não só é necessário, mas também é positivo. A pretensão de unidade com outras organizações de esquerda com maior caudal de afiliados tende a diluir a revolução, não a intensificá-la. "A luta que conta é a que ajuda a construir uma nova sociedade, e isto só pode ser feito mediante uma ação revolucionária individual ou de grupo que propague persistentemente sua propaganda mediante a palavra e a ação. Por nosso sectarismo podemos estar na atualidade separados do resto do mundo. Mas em caso contrário seríamos parte desse mundo. Não aceitamos a absurda afirmação do trotskismo de que é necessário unir-se ao partido trabalhista para estar em contato com a classe trabalhadora" (Ibidem, pág. 144).

Praticamente poderíamos dizer que está implícito na definição do vocábulo anarquista a impossibilidade de formar organizações partidárias. Cabe esclarecer que isso não significa rejeitar toda forma de organização, como afirma o individualismo tresnoitado. Pelo contrário, diríamos que a organização é um meio que deve assumir o caráter dos fins pelos quais se levantou: uma organização anarquista é um meio que deve promover fins anarquistas, ou seja, deve prefigurar a nova sociedade revolucionária. "O revolucionário libertário não pode ter nada a ver com a organização política partidária. Esta só pode ser um lugar estratégico para alcançar o poder ou um monumento recordatório de batalhas passadas ou um gueto espiritual. Está sujeita aos perigos implícitos da burocracia ou da dominação. O controle democrático não é nenhuma salvaguarda, pois ainda que a decisão majoritária seja aceita como uma maneira adequada de fazer as coisas, na prática se controla o que entra, de maneira que a maioria possa estar de acordo com as decisões a tomar" (Ibidem, pág. 145). Quando examinarmos mais detidamente a prática real de certos enucleamentos anarcopartidistas e neoplataformistas, provaremos como em nome da unidade ideológica e dos mecanismos de autocontrole se torna praticamente impossível qualquer tipo de dissidência no interior destas organizações.

No começo, a Plataforma

Pode-se afirmar que praticamente todas as variantes de anarcoleninismo, anarcobolchevismo e anarcopartidismo têm sua origem na Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários que os anarquistas ucranianos e russos exilados em Paris, que se agrupavam ao redor do periódico bimestral Dielo Truda (A Causa dos Trabalhadores), publicaram em 1926. Os dois integrantes mais notórios do grupo eram Piotr Archinoff e Nestor Makhno, o célebre comandante guerrilheiro ucraniano.

Apesar do documento ter sido assinado pelo coletivo editorial do Dielo Truda, foi redigido praticamente em sua totalidade por Piotr Archinoff, o que é deduzido da comparação da redação do texto da Plataforma com outros de seus artigos. Igualmente, o programa redigido por Archinoff refletia sinceramente a posição de todo o coletivo editorial de Dielo Truda, que costumava assinar também como Grupo de Anarquistas Russos no Estrangeiro. Na verdade, a publicação do panfleto foi a apresentação oficial de uma série de artigos e discussões prévias onde eram analisadas as causas da derrota do movimento anarquista russo pelos bolcheviques e era criticada com rudeza a proposta de formar organizações mistas e de síntese, ou seja, que agrupassem em seu interior as três correntes principais do pensamento anarquista, que havia sido patrocinada por Volin, Sébastien Faure e outros anarquistas de renome. Esta situação levou a uma ácida disputa entre Volin, Fleshin e outros anarquistas russos com Archinoff, Makhno e o grupo Dielo Truda, que não estaria isenta de difamações e injúrias entre seus protagonistas. As críticas à Plataforma foram contundentes e envolveram as figuras mais proeminentes do anarquismo internacional, bastando mencionar Errico Malatesta, Luigi Fabbri, Camillo Berneri, Sébastien Faure, Max Nettlau, Alexander Berkman e Emma Goldman. Vejamos então o que era que a Plataforma Organizacional propunha que provocou uma reação tão ardente.

As propostas da Plataforma Organizacional

O documento que o Dielo Truda publicou começou afirmando que a debilidade do movimento anarquista internacional se devia a um número de causas, das quais a mais importante, a principal, é a ausência de princípios e práticas organizativas no movimento anarquista.

> *Em todos os países, o anarquismo está representado por uma série de organizações locais que advogam teorias e práticas contraditórias, sem terem perspectivas de futuro nem uma constância no trabalho militante, e habitualmente desaparecendo, dificilmente deixando o menor rastro atrás de si. Tomado como um todo, tal estado de anarquismo revolucionário só pode ser descrito como uma "desorganização crônica". Como a febre amarela, esta doença de desorganização foi introduzida no organismo do movimento anarquista e lhe tem sacudido por dezenas de anos. (...)*

Foi durante a Revolução Russa de 1917 que a necessidade de uma organização geral foi sentida mais profundamente e mais urgentemente. Foi durante esta revolução que o movimento libertário mostrou o mais alto grau de seccionalismo e confusão.

Afirmavam que este estado caótico se devia a uma falsa interpretação do princípio da individualidade, confundindo-o com o egoísmo, a indiferença política e a ausência de responsabilidade. Todas estas afirmações, apesar de terem sua dose de verdade, eram generalizações que os autores da Plataforma exageravam raivosamente com o fim de reforçar sua posição. Por outro lado, para fazer este tipo de generalizações, se baseavam na sua própria experiência do fracasso organizativo do movimento anarquista russo. Não poderia na verdade classificar-se como um estado de "desorganização crônica" a situação do movimento anarquista nos países com forte tradição anarcossindicalista, sendo o caso mais notável o do movimento espanhol.

Não somente os anarquistas individualistas eram alvo das críticas do grupo Dielo Truda; Também rejeitavam o modelo organizativo proposto por Volin e Faure, conhecido como organizações de síntese, que haviam funcionado durante um tempo na revolução russa como a Confederação Nabat e que também existiam em países como a França. Inclusive os anarcossindicalistas foram alvo de suas críticas.

Rejeitamos como inepta, na prática e na teoria, a ideia de criar uma organização com a receita da "síntese", isto é, reunir os representantes das diversas tendências do anarquismo. Tal organização, tendo incorporado elementos heterogêneos na teoria e na prática, só seria uma junção mecânica de individualidades cada qual tendo uma diferente concepção de todas as questões a respeito do movimento anarquista, uma junção que levaria inevitavelmente à desintegração no encontro com a realidade. O método anarcossindicalista não resolve o problema da organização anarquista, já que não dá prioridade a este problema, interessando-se somente em penetrar e ganhar forças no proletariado industrial.

Propunham em contrapartida uma união geral de anarquistas baseada em posições precisas no tático, no teórico, no organizativo e ferreamente disciplinada sob o princípio de responsabilidade coletiva, com base em um programa definido e homogêneo. O objetivo do documento era estabelecer uma plataforma mínima sobre a qual deliberar para dar forma a tal organização. Os principais pontos que Archinoff, Makhno e seus camaradas propunham como ineludíveis eram:

1. A noção da luta de classes como a principal da teoria anarquista. É nesta afirmação onde a influência de Archinoff – que havia militado nas fileiras bolcheviques até 1906 – se manifestava com todo o seu peso. Além disso, eram evidenciadas as influências marxistas que conviviam com seu pensamento anarquista, em uma espécie de

anarcobolchevismo não declarado.

> *No domínio social toda a história humana representa uma cadeia ininterrupta de lutas das massas laboriosas por seus direitos, pela liberdade, e por uma vida melhor. Na história da sociedade humana esta luta de classes sempre foi o fator primário que determinou a forma e a estrutura destas sociedades. O regime social e político de todos os Estados é sobretudo o produto da luta de classes. A estrutura fundamental de toda a sociedade nos mostra o estado que alcançou e no qual se encontra na luta de classes. A menor das mudanças no curso da luta de classes, na posição relativa das forças na luta de classes, produz modificações contínuas no tecido e na estrutura social. Tal é o alcance e o significado universal, geral da luta de classes na vida da sociedade de classes.*

Esta postura não se diferencia da famosa afirmação do Manifesto Comunista de Marx e Engels de que a História da humanidade é a História da luta de classes entre exploradores e oprimidos. Apesar desta ser uma verdade indiscutível, não é menos certo que esta não é toda a verdade, mas é uma versão extremamente estreita, determinista e reducionista da História. Esta atitude favorável a um classismo restrito majoritariamente à classe operária urbana e industrializada revelava certa estreiteza de visão, diminuindo a importância da situação camponesa em um país com população majoritariamente rural. Não obstante, na Plataforma as alusões à classe trabalhadora costumam ser confusas e mutáveis, porque às vezes parece se referir à classe operária especificamente, enquanto em outros casos o faz em um sentido mais amplo, que incluiria os camponeses e assalariados em geral, ou como referência genérica às massas laboriosas.

2. A ideia das massas como portadoras de uma capacidade criativa e anárquica natural. O anarquismo será uma atitude inerente às massas que os pensadores anarquistas, ou seja, Bakunin, Kropotkin e outros, "tendo-a descoberto nas massas, simplesmente ajudaram com a força de seu pensamento e seu conhecimento a especificá-la e divulgá-la". O documento declara expressamente diferenciar-se dos bolcheviques, os quais "consideram que as massas possuem somente instintos revolucionários destrutivos, sendo incapazes da atividade criativa e construtiva – razão principal pela qual estas atividades devem ser concentradas nas mãos dos homens que formam o Estado e o Comitê Central do Partido". Esta tese dos editores de Dielo Truda será incongruente com as outras proposições que sustentarão no mesmo documento, e que não os diferenciam da criticada visão dos bolcheviques.

3. O comunismo libertário como a ideia-tronco do movimento. O grupo liderado por Archinoff considerava o individualismo anarquista como refratário à organização, à disciplina e ao compromisso, pelo qual seus aderentes nem sequer eram tidos em conta

para a formação de uma União Geral de Anarquistas, enquanto o anarcossindicalismo era considerado como um meio para chegar a um fim (o comunismo anarquista). Por isso acreditavam – e não sem razões de peso – que era impossível chegar a uma síntese como a que Volin propunha, por ser arbitrária esta divisão do anarquismo em três ramos (Dielo Truda nº 10, março de 1926). Esta atitude dos plataformistas seria criticada pelos próprios anarco-comunistas como Luigi Fabbri, por pretender excluir do movimento anarquista todas as outras tendências que não concordavam com a sua. Outro problema que gerava a adesão excludente ao comunismo libertário era que fracassava em sua tentativa de unificar o movimento, precisamente por não incluir as outras tendências, e então perdia sua principal razão de existir. Lembremos que o documento afirmava que "as forças de todos os militantes anarquistas devem estar orientadas em direção à criação desta organização", ou seja, a União Geral de Anarquistas.

4. Formar uma União Geral de Anarquistas, fundada na unidade ideológica, na unidade tática e na responsabilidade coletiva, e implementar um programa de ação a cumprir. Esta era uma das questões que gerou maiores rejeições e impugnações. Estes três pontos tão conflitivos eram definidos sucintamente pelos plataformistas, e tiveram que ser ampliados nos documentos posteriores. Os princípios fundamentais da organização da União Geral dos Anarquistas eram:

> *1- Unidade Teórica: A teoria representa uma força que dirige as atividades das pessoas e das organizações ao longo de uma vertente definida em direção a um determinado fim. Naturalmente, deve ser comum a todas as pessoas e organizações aderentes à União Geral, tanto no geral como em seus detalhes, devem estar em perfeito acordo com os princípios teóricos professados pela união.*
> *2- Unidade Tática ou Método de Ação Coletiva: Do mesmo modo, os métodos táticos empregados por membros separados e pelas organizações na União devem ser unitários, isto é, estar em rigoroso acordo tanto entre si como com as teorias e táticas gerais da União. Uma linha tática comum no movimento é de importância decisiva para a existência da organização e para todo o movimento: remove os efeitos desastrosos de muitas táticas em oposição umas com as outras, concentra todas as forças do movimento, lhes dá uma direção comum, levando ao objetivo fixado.*
> *3- Responsabilidade Coletiva: A prática de atuar sob a única responsabilidade individual deve ser decisivamente condenada e rejeitada nas fileiras do movimento anarquista. As áreas da vida revolucionária, social e política são, sobretudo, profundamente coletivas por natureza. A atividade social revolucionária nestas áreas não pode estar baseada na*

responsabilidade pessoal dos militantes individuais. O órgão executivo do movimento anarquista geral, a União Anarquista, tomando uma linha firme contra a tática do individualismo irresponsável, introduz em suas fileiras o princípio da responsabilidade coletiva: a União inteira será responsável pela atividade política e revolucionária de cada um de seus membros; do mesmo modo, cada membro será responsável pela atividade política e revolucionária da União como um todo.

Um quarto ponto afirmava a necessidade do Federalismo, da independência dos indivíduos e da descentralização, mas a seguir argumentava que "com frequência o princípio federativo foi deformado nas fileiras anarquistas: foi reiteradamente entendido como o direito, sobretudo, a manifestar o 'ego' individual, sem a obrigação aos deveres que requer a organização. Esta falsa interpretação desorganizou nosso movimento no passado. É hora de pôr-lhe fim de forma irreversível e firme. Federação significa o livre acordo dos indivíduos e das organizações para trabalhar coletivamente em direção a um objetivo comum". Esta exagerada exceção que os plataformistas faziam os habilitava para afirmar que o único federalismo bem entendido era o seu.

5. Instauração de um Comitê Executivo; guia ideológico, vanguardismo, dirigismo e tomada de decisões com preponderância das maiorias. Ainda que na Plataforma seja declarado expressamente que não se aspira ao poder político nem ao governo, mas que a principal aspiração do anarquismo deve ser ajudar as massas a conseguirem sua emancipação para a construção do socialismo, ela em seguida se contradiz com esta afirmação e com a noção expressa anteriormente a respeito da capacidade criativa natural das massas:

Apesar das massas se expressarem profundamente nos movimentos sociais nos termos das tendências e dos princípios libertários, estas tendências e princípios permanecem dispersos, descoordenados e, consequentemente, não levam à organização do poder condutor das ideias libertárias, o qual é necessário para preservar a orientação anarquista e os objetivos da Revolução Social. Esta força condutora teórica só pode ser expressada por uma coletividade especialmente criada pela massas para este propósito. Os elementos anarquistas organizados constituem exatamente esta coletividade.

(…) Em todas estas questões, e em muitas outras, as massas demandam uma clara e precisa resposta por parte dos anarquistas. E a partir do momento em que os anarquistas declaram uma concepção da revolução e da estrutura da sociedade, estão obrigados a dar a estas questões uma resposta clara para relacionar a solução destes problemas com a concepção geral do comunismo libertário e para direcionar todas as suas

> *forças para a realização deste.*
>
> *Somente neste sentido a União Geral de Anarquistas e todo o movimento anarquista asseguram sua função como força condutora teórica da Revolução Social.*

São estas pretensões de se converter em uma organização "criada pelas massas" que atue como guia teórico das massas dispersas e desorganizadas, as quais "demandam" uma "clara e precisa resposta" dos anarquistas, que aproximam as concepções plataformistas com os leninistas. Aqui vemos reaparecer a função da organização partidária em toda a sua dimensão como condutora do instinto revolucionário das massas e como única linha teórica admissível. Ou seja, a tão ponderada criatividade das massas e sua capacidade inata para o socialismo libertário não parecem desempenhar nenhum papel de importância senão sob o guia da organização partidária anarquista; aqui o anarcoleninismo se manifesta veladamente dentro de uma retórica anarquista artificiosa. Esta ideia de condução e guia que os plataformistas propunham é manifestada no formato organizativo centralizado em um comitê executivo de clara vocação hierárquica, em flagrante contradição com os princípios federalistas.

> *Cada organização aderida à união representa uma célula vital do organismo comum. Toda célula deve ter seu secretário, executando e guiando teoricamente o trabalho político e técnico da organização.*
>
> *Com vista à coordenação das atividades de todas as organizações aderentes à União, será criado um órgão especial: o comitê executivo da União. O comitê será responsável pelas seguintes funções: a execução das decisões tomadas pela União que lhes foram confiadas; a orientação teórica e organizacional das atividades dos grupos isolados de forma consistente com as posições teóricas e com a linha tática geral da União; a manutenção dos laços de trabalho e organizativos entre as organizações na União e as outras organizações.*

A União Geral de Anarquistas não se diferenciava muito de qualquer partido político, salvo a expressa negativa de formar um governo, mas sem renunciar a um papel dirigente sobre as massas, sobre os sindicatos e os conselhos de trabalhadores, mediante um comitê executivo centralizado.

6. O papel do sindicalismo. Para os plataformistas, o sindicalismo era o principal meio de luta, mas ao não ter uma teoria revolucionária própria, era indispensável incliná-lo em uma direção libertária. O anarcossindicalismo se apresentava aos olhos dos plataformistas como incompleto e incapaz de anarquizar o movimento operário. A tática da Plataforma para os sindicatos não se diferenciava da aplicada pelos partidos leninistas.

> *A tarefa dos anarquistas nas fileiras do movimento de trabalhadores revolucionários só pode ser cumprida em condições tais que seu trabalho se veja intimamente ligado e associado com a atividade da organização anarquista por fora do sindicato. Em outras palavras, devemos ingressar no movimento sindical revolucionário como uma força organizada, responsável por cumprir seu trabalho no sindicato perante a organização geral dos anarquistas, e orientada por esta última. Sem nos restringirmos à criação de sindicatos anarquistas, devemos buscar exercer nossa influência teórica em todos os sindicatos, em todas as suas formas (os IWW, as TU russas). Somente podemos alcançar este fim trabalhando em grupos anarquistas rigorosamente organizados; mas nunca em pequenos grupos empíricos, sem ligação organizativa nem acordo teórico entre eles.*

Esta proposta não se diferencia do dirigismo que os bolcheviques aplicaram sobre os sovietes, convertendo-os em apêndices do Partido Comunista. Em outras palavras, não são os trabalhadores que decidem livremente em condição de tais, mas a linha é induzida, infiltrada ou imposta a partir de uma organização exterior ao grêmio ou ao conselho operário.

7. A questão da Defesa da Revolução. Baseados em sua experiência durante a revolução russa e sua participação na guerra revolucionária na Ucrânia, o grupo de Makhno e Archinoff propunha a criação de um exército para a defesa da revolução contra a inevitável reação da burguesia (não como estratégia excludente para conseguir a revolução, como alguns haviam pretendido).

> *Como em todas as guerras, a guerra civil não pode ser empreendida pelos trabalhadores com êxito a menos que ekes apliquem os princípios fundamentais de qualquer ação militar: unidade no plano de operações e unidade do mando comum. O momento mais crítico da Revolução virá quando a burguesia marchar contra a revolução como força organizada. Este momento crítico obriga os trabalhadores a adotarem estes princípios da estratégia militar.*
>
> *De tal modo, em vista das necessidades impostas pela estratégia militar, além da estratégia da contrarrevolução, as forças armadas da revolução devem estar inevitavelmente baseadas em um exército geral revolucionário com um mando comum e com um plano de operações.*

Em teoria, este exército estaria submetido à jurisdição das organizações produtivas de operários e camponeses, o que não deixa de soar como um formalismo inoperável. Segundo advertiam os assinantes do documento, a criação de um exército

deveria ser tomada não como uma questão de princípio mas uma questão estratégica, à qual os trabalhadores se veriam "fatalmente forçados" a recorrer em defesa da revolução.

Até aqui repassamos sucintamente os argumentos básicos que a Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários propunham. As respostas não se fizeram esperar, não só dentro do círculo dos exilados russos mas também entre camaradas de outros países.

As reações contra a Plataforma

O documento de Dielo Truda provocou uma catarata de respostas críticas, algumas destemperadas e outras comedidas. Entre os anarquistas russos exilados, o alvoroço tomou ribetes escandalosos quando começaram as acusações cruzadas entre antigos camaradas de luta.

Do grupo de Volin, ficou explícito que a Plataforma era tributária de uma ideologia bolchevique e se fazia referência ao passado de Archinoff, que antes de se integrar ao anarquismo em 1906 havia militado nas fileiras bolcheviques; segundo eles, seu autor nunca havia se distanciado das ideias de Lenin. Como contrapartida, Makhno sugeriu que Volin havia passado para os comunistas em 1919, em ocasião de ter sido tomado prisioneiro pelo Exército Vermelho. Alexander Berkman saiu em defesa de Volin acusando Makhno de possuir um temperamento militarista e estar moralmente dominado por Archinoff. Sobre este, opinava que "seu caráter é inteiramente bolchevique"; "tem um caráter dominante, arbitrário e tirânico. Tudo isso projeta alguma nova luz também sobre a Plataforma Organizativa" (P. Avrich; Os Anarquistas Russos: 247). A Plataforma era vista como um desvio anarcobolchevique e que preconizava um anarquismo de corte partidário.

A derrota, o penoso exílio e a certeza de um futuro ominoso carcomiam por dentro o grupo de exilados russos: as rivalidades pessoais estouravam entre os velhos revolucionários; a discórdia havia ocupado o espaço da camaradagem, dando um penoso golpe à ação do anarquismo russo.

A crítica de Volin, Fleshin e outros exilados russos

Em abril de 1927, foi publicada em russo e em francês a Resposta ao documento do Dielo Truda, primeira intervenção em uma larga série de intervenções a respeito do papel da organização anarquista. A Resposta era inaugurada com a seguinte frase: "Não estamos de acordo com as afirmações da Plataforma...", revelando o teor crítico que teria o documento dali em diante. Continuava com uma rejeição explícita das motivações sobre as quais o grupo Dielo Truda se baseava para fundamentar sua proposta: que a debilidade do movimento anarquista se devia à ausência de princípios organizativos. Sem rejeitar a necessidade de se organizar, o grupo de Volin considerava que a Plataforma "super-enfatizava a importância do papel da organização", estabelecendo um partido centralizado que inseriria uma linha política e tática para o movimento anarquista.

Além de rejeitar a ideia de anarquismo de síntese segundo estava explicitada na Plataforma, o grupo de Volin defendia que propor a ideia de luta de classes como a única válida para o anarquismo, rejeitando os princípios humanistas e individualistas, implicava em constringir a ideia, limitá-la a um único ponto de vista.

> *O anarquismo é mais complexo, sintético e diverso, como é a própria vida. Seu componente de classe consiste principalmente na luta pela libertação; seu caráter humanitário constitui seu aspecto ético e a base da sociedade humana; seu individualismo, o ser humano como finalidade.*

Com respeito ao papel das massas, a Resposta afirmava que a tese da Plataforma podia ser resumida em: as massas devem ser dirigidas. Pelo contrário, Volin e companhia afirmavam que os anarquistas não deveriam dirigir as massas mas atuar a partir das massas. A perspectiva plataformista não se diferenciava da dos partidos políticos neste ponto de vista, porque compartilhava com eles pressupostos similares: a) as massas devem ser dirigidas, b) a minoria consciente separada das massas deve levar a iniciativa, c) este coletivo deve se organizar em um partido que deve tomar a iniciativa em todas as áreas da revolução.

"Os anarquistas e as organizações específicas (grupos, federações, confederações) só podem oferecer assistência ideológica, sem assumirem o papel de líderes." A mais leve insinuação de caudilhamento, superioridade ou liderança sobre as massas conduziria a uma aceitação e submetimento a uma direção separada das bases.

Outro dos pontos da Plataforma que a Resposta rejeitava era a obrigatoriedade da aceitação de certas decisões, cuja rejeição acarretava a aplicação de sanções; isto significaria "o começo da coerção, da violência e dos castigos". Consequentemente, o grupo de Volin rejeitava a ideia de controlar "em momentos específicos" a liberdade de expressão e de imprensa em defesa da revolução, como propunham os plataformistas. Quem imporia estes limites, quem determinaria os momentos específicos quando chegasse o caso, quem teria essa capacidade de decisão? A autoridade e o poder se reabilitariam, ainda que fossem qualificados com outros nomes.

A respeito da defesa da revolução, o grupo de Volin afirmava que, na proposta da Plataforma acerca de um exército dirigido por um comando centralizado, se evidenciava um erro técnico e um erro político. O erro técnico consistia em crer que um exército destas características é idôneo para a defesa da revolução pelo simples fato de sua centralização. O emprego de um plano geral de ação idealizado por um comando centralizado não está excetuado de levar a revolução à derrota. Um exército centralizado poderia ser tão nefasto e ineficaz quanto unidades descoordenadas isoladas e dispersas. O erro político consistiria em que um comando centralizado desalentaria as iniciativas regionais e individuais; além disso, geraria um aparato militar esmagador e uma tendência a considerar o centro de mando especializado como infalível. Como consequência, o exército centralizado teria muitas probabilidades de deixar de ser "revolucionário" para converter-se em uma ferramenta da reação, tal qual havia ocorrido com o Exército Vermelho. Se as massas perdem a iniciativa de sua

ação, nada pode substituí-las. Nenhum exército, aparato ou Cheka – como é a concepção bolchevique – salvará a revolução dos complôs da burguesia se o povo em armas auto-organizado fracassar.

Finalmente, as críticas foram enfocadas sobre as formas e o papel que a organização anarquista devia assumir. A Plataforma propunha acabar com as contradições teórico-práticas, com a incoerência ideológica e a dispersão organizativa que percebia no movimento anarquista abraçando a unidade teórica e a unidade tática. Esta se conseguiria entrando em acordo sobre aquilo que deveria ser conservado e abandonado da variedade de ideias anarquistas, reduzindo as "contradições teóricas" para formar uma ideologia homogênea e coerente. Assim se conseguiria uma organização única que excluiria aqueles que não entraram em acordo com seu programa. Mas o plano plataformista de conseguir a unidade ideológica e tática dos anarquistas fracassaria precisamente porque, longe de conseguir a unidade, geraria relações hostis com aquelas organizações anarquistas que estivessem em discrepância. Em lugar de ser produzida a unidade e o entendimento, prevaleceriam a discórdia e o enfrentamento. E então fracassaria o propósito principal da Plataforma, que consistia em formar uma organização que agrupasse todos os anarquistas sobre uma mesma base: continuariam existindo não uma, mas várias organizações.

Uma organização que pretendesse ser levada a sério deveria prestar atenção para definir seu papel e seus objetivos com clareza. Segundo a Plataforma, o papel da organização específica é dirigir as massas. "Justapor o termo dirigir com o advérbio ideologicamente não muda substancialmente a posição dos autores da Plataforma, porque concebem a organização como um partido disciplinado. Rejeitamos qualquer pensamento de que os anarquistas devam dirigir as massas".

Os autores da Resposta assinalavam além disso uma contradição flagrante. Apesar das concepções da Plataforma se assemelharem às de qualquer partido político, ou seja, a presença de um comitê executivo centralizado que assume a direção ideológica e tática, "ao mesmo tempo ela afirma sua fé no princípio federativo, o qual está em absoluta contradição com as ideias citadas previamente", já que federalismo significa autonomia nas bases, nos grupos locais e regionais. Enquanto se exalta a necessidade do centralismo, a disciplina partidária, o papel diretivo sobre as massas, a unidade teórica e tática delineada por um comitê e a necessidade de um exército centralizado, se invoca o federalismo para conjurar o fantasma da centralização. Como assinalaram Volin e companhia, os autores da Plataforma "estão apenas a um passo do bolchevismo, um passo que não se atreveram a dar".

Outras réplicas à Plataforma

O debate sobre o papel e a natureza da organização anarquista que a Plataforma propôs envolveu militantes ácratas de renome, que assumiram em sua ampla maioria uma posição de reprovação sobre o documento do Dielo Truda. Paralelamente à resposta assinada por Volin, Fleshin, Sobol e outros exilados russos, Sebástian Faure e Jean Grave também editaram suas críticas em diversas revistas e periódicos, enquanto Max Nettlau publicou O Projeto de Constituição de um Partido Anarquista em 30 de maio de 1927.

Os anarquistas italianos debateram a fundo a Plataforma e redigiram vários artigos, na grande maioria impugnando seus pressupostos, como foi o caso de L. Galleani com seu artigo O Princípio da Organização à Luz do Anarquismo, de E. Malatesta com um escrito em Le Reveil de Ginebra em outubro de 1927 e de intervenções do grupo Pensiero e Volontà, integrado por personalidades como Luigi Fabbri, Ugo Fedelli e Camillo Berneri.

O artigo de Fabbri – originalmente publicado em italiano por Il Martelo de Nova Iorque em setembro de 1927 e reproduzido em Buenos Aires por La Protesta – era intitulado A Respeito de um Projeto de Organização Anarquista. Fabbri afirmava que a Plataforma era demasiadamente ideológica, pouco prática e realista, que além disso estabelecia pontos de vista axiomáticos sobre certas problemáticas sobre as quais dificilmente se poderia chegar a conseguir uma unidade de critérios. Apesar da necessidade de uma organização anarquista estar completamente justificada, dizia Fabbri, "não obstante, desde a introdução se adverte que o espírito da Plataforma contém efetivamente um exclusivismo excessivo, tendente a deixar fora do movimento anarquista todas as correntes que não concordam com ela, não só em questões práticas mas também ideológicas". Excluir outras variedades de pensamento anarquista como o anarcossindicalismo a favor de uma "unidade rigorosa de partido, uma unidade ideológica ou estratégica" seria um grave erro, transformando uma corrente interna m algo estranho e adverso.

Também em referência à unidade e variedade dentro do movimento anarquista, Fabbri concluía que a pretensão de constituir uma União Geral de Anarquistas "que representasse a generalidade dos anarquistas e que excluísse dessa generalidade aqueles que não pertencessem a ela na realidade sempre seria uma organização particular e nunca geral". Isto equivaleria a confundir uma parte com o todo, a tomar as razões particulares como a razão excludente, não vendo nenhum movimento anarquista além da própria organização.

Outro ponto desafortunado da Plataforma consistia em fazer da luta de classes a característica principal do anarquismo, "reduzindo à sua mínima expressão seu significado e objetivo humanitários". A luta de classes é um fato inegável, mas só corresponde ao método e à ação revolucionária do anarquismo, cujo caráter fundamental consiste em afirmar a liberdade social e individual negando qualquer autoridade imposta e de qualquer governo. A socialização que os anarquistas propõem será "em benefício de todos os homens, de modo que uns deixem de ser os exploradores de outros".

Fabbri tampouco coincide com a ideia de que as massas possuam uma capacidade anárquica inata criadora. A condição de classe das massas não é o que as converte em revolucionárias, elas o são na medida de sua ação anárquica. De todo modo, esclarece, sobre este ponto podem existir diferenças de opinião entre os anarquistas, e seria perfeitamente inútil dogmatizá-lo em qualquer sentido. Pode-se concordar que os anarquistas participam da luta das classes exploradas para acabar com o capitalismo. "Sobre isso todos estamos de acordo, sem distinção: sobre o resto podemos discutir, mas não faremos disto o argumento de uma verdadeira e própria divisão de partido".

O ponto da Plataforma que Fabbri considera mais desviado da ideologia

anarquista é a pretensão dirigente da organização anarquista específica sobre o movimento operário, a qual poderia levar a estabelecer uma casta dirigente ou – no pior dos casos – uma ditadura anarquista sobre o proletariado, uma verdadeira contradição nos termos. Ainda que os autores da Plataforma pretendessem que a função dirigente se restringisse à de um guia ideológico, esta situação evoluiria em uma condução de fato de uma minoria anarquista – uma espécie de "estado maior" – sobre as massas. "De outra maneira não poderia ser explicada a diferença que a Plataforma estabelece entre organizações de massas impregnadas de ideologia anarquista e organização anarquista propriamente dita. Uma diferença que na prática não poderia se tornar precisa, já que não se pode estabelecer o grau de anarquismo da primeira em comparação com a segunda, nem sancionar a legitimidade da direção ou a superioridade da segunda sobre a primeira".

Berneri também publicaria um artigo crítico à posição de Dielo Truda no periódico parisiense Lotta Umana, em dezembro do mesmo ano. Sua posição fica expressa desde o começo: "Não estou em absoluto de acordo com a Plataforma". Assim como para Fabbri, as massas não são portadoras de uma capacidade revolucionária inata, "na ação popular insurrecional vejo mais 'efeitos' anarquistas que 'instintos' anárquicos; não creio que a função dos anarquistas na revolução deva limitar-se a 'suprimir os obstáculos' que se opõem à manifestação das vontades das massas; vejo graves perigos e não poucas dificuldades nos egoísmos municipais e corporativos".

Berneri aponta para as complexidades da vida social e para os particularismos regionais ou culturais de natureza conservadora que são encontrados em todas as sociedades humanas, e cujo comportamento a Plataforma simplifica excessivamente universalizando um suposto proceder das massas.

> *Se o movimento anarquista não adquirir a coragem de considerar-se isolado espiritualmente, não aprenderá a atuar como iniciador e propulsor. Se não alcançar a inteligência política que nasce de um racional e sereno pessimismo (que de fato é o senso da realidade) e de um atento e claro exame dos problemas, não saberá multiplicar suas forças encontrando consensos e cooperações nas massas.*
>
> *É necessário sair do romanticismo. Ver as massas, eu diria, em perspectiva. Não existe o povo homogêneo, mas gentes diversas, categorias. Não existe a vontade revolucionária das massas, mas momentos revolucionários, nos quais as massas são enormes alavancas.*
>
> *Estar com o povo é fácil se trata-se de gritar: Viva! Abaixo! Adiante! Viva a Revolução!, ou se trata-se simplesmente de lutar. Mas chega o momento no qual todos se perguntam: O que fazemos? É necessário dar uma resposta. Não para agir como chefe, mas para que a gente não acredite neles.*
>
> *"Tática única" quer dizer uniforme e contínua. A Plataforma chegou à "tática única" pela simplificação do problema*

da ação anarquista no seio da revolução.

A posição de Berneri está tão longe dos tons demagógicos que são evidenciados na idealização das massas da Plataforma quanto do leninismo enrustido que lhe atribui em um pomposo artigo o neoplataformista José Antonio Gutiérrez, ideia que na realidade é uma projeção de seu próprio pensamento. Tampouco é verossímil a versão sobre a suposta péssima qualidade da tradução da Plataforma produzida por Volin do russo para o francês de que dispuseram os camaradas italianos para desautorizar a interpretação de Berneri, já que Volin era um tradutor idôneo. Além disso, é ridícula sua imputação de "fazer uma tradução tão tendenciosa quanto fosse possível", além de insultar a inteligência de quem pretende defender ou justificar.

Até em Buenos Aires foram sentidas as sacudidas do debate que o Dielo Truda lançou. No suplemento quinzenal de La Protesta foi publicado de forma episódica o texto da Plataforma (cuja autoria se atribui diretamente a Archinoff). Mediante notas de rodapé sobre a narração, o grupo editor manifestava seus desacordos sobre as teses plataformistas. No Suplemento 257 de 15 de fevereiro de 1927, é relativizada a suposta situação caótica do movimento anarquista internacional por não corresponder com a realidade dos fatos, é alertado sobre o exagero do "perigo individualista", é desmentido o fetichismo organizativo que é atribuído a Bakunin, é impugnada a afirmação de que o movimento anarquista tenha sempre lutado por uma unidade tática e não pelo contrário e se previne contra a "pretensão um tanto descomedida" da unidade tática.

> *Uma "direção" única, uma linha geral única seria mais eficiente que a livre e espontânea conjugação dos esforços diversos dos anarquistas? Acreditamos que não, e, longe disso, nossa opinião é que a única coisa com que devemos nos preocupar é o fomento de uma maior atividade, deixando aos próprios indivíduos plena autonomia.*

Na edição 260, continuou a publicação do texto da Plataforma. A respeito da afirmação de que não existe uma humanidade única mas que ela está dividida em dois setores sociais, o proletariado e a burguesia, concentrados em uma luta de classes desde o início da história humana, o grupo editor manifestou sua posição.

> *Este ponto de vista puramente marxista, que tem por substrato o determinismo econômico, foi sempre combatido por nós. (...) É evidentemente arbitrário querer explicar a história desta maneira, quando a realidade não nos demonstrou nunca essa divisão de classes. Pelo contrário, atualmente vemos que grandes massas operárias têm ou supõem ter mais interesses com a burguesia que com o resto do proletariado. No passado, a separação de burgueses e proletários existiu em um grau muito menor e até poderia se dizer que a parte revolucionária da humanidade se expressou mais na burguesia que nas fileiras dos*

assalariados. Recentemente, depois da conquista do poder político pela burguesia, em 1789, começou o processo de distanciamento entre burgueses e operários. Hoje mesmo este processo, desejável em grau extremo, certamente, não terminou, não dividiu a humanidade em burgueses e proletários. E essa é a grande tragédia das forças da revolução.

O grupo La Protesta também observava que o desenvolvimento lógico dos pensamentos contidos na Plataforma conduziriam a uma nova dominação de classe. No número seguinte, também eram expressadas certas reticências à Plataforma, expressas na interrogação de se seus autores se propunham na verdade à revolução social ou à aniquilação daqueles que não pertenciam à classe proletária.

Uma das contestações mais brilhantes ao grupo Dielo Truda foi a da militante russa Maria Isidine (pseudônimo de Marie Goldsmitt-Korn). Anteriormente, em 1926, ela havia enviado por carta um questionário ao grupo editorial – do qual também fazia parte – com algumas das inquietudes e dúvidas que geravam a leitura da Plataforma, cujas respostas foram incluídas como Suplemento esclarecedor. Já nesse questionário de Maria Isidine eram manifestados os pontos mais controversos do documento de Archinoff: a primazia das maiorias sobre as minorias; a natureza do vínculo federativo entre os integrantes, o qual poderia ser moral/individual ou coercitivo/organizativo; a intervenção no movimento operário de caráter entrista e dirigista; a natureza do Comitê Executivo; as restrições à liberdade de expressão, a defesa da revolução e outras questões relativas à reconstrução social.

Entre março e abril de 1928 foi publicada uma conscienciosa contestação à Plataforma no periódico francês Plus Loin, números 36 e 37. Ali explicava a controvérsia que gerava a palavra partido nas entranhas do movimento. Tudo dependia do significado que se outorgasse já que "se pode aplicar simplesmente a uma comunidade de pessoas com ideias semelhantes, de acordo entre si sobre os objetivos a alcançar e os meios a serem empregados, inclusive sem estarem delimitadas por laços formais ou mesmo que não se conheçam. (...) Em seu anseio de estreitar os laços entre os militantes, os autores da Plataforma propõem pôr em marcha um modelo novo de partido anarquista ao longo das linhas contraídas por outros partidos, com tomada de decisões vinculantes por maioria de votos, um comitê central de direção etc.".

Para a autora, o princípio de preeminência das maiorias ocasionaria em vez de um fortalecimento das organizações, seu debilitamento por lutas intestinas, desviando energias para tentar prevalecer em votações de congressos e comitês, tornando a convivência incômoda para os integrantes da minoria, incubando o embrião da cisão e do revanchismo.

Também considerava que o erro fundamental da Plataforma consistia em se concentrar na estrutura da união de grupos e na formação de um centro diretivo a fim de salvar o movimento anarquista, em vez de focar sobre os grupos em si. "Não é à federação mas aos grupos que a integram a quem devemos exigir tais linhas de ação: o centro de gravidade do movimento reside ali, e a federação será aquilo que os grupos que a integram forem". O princípio da responsabilidade moral deveria primar sobre a

responsabilidade coletiva da organização, ou disciplina partidária, porque suas bases eram voluntárias, livres, e, portanto, mais fortes. Para Maria Isidine, a responsabilidade coletiva só teria sentido como princípio quando dentro de um grupo se atuasse por consenso e acordo de todos os seus membros sem exceção, nunca por obediência orgânica ao preceito sancionado pela maioria.

A polêmica com Malatesta

Na mesma linha que as críticas precedentes, as objeções de Errico Malatesta proporcionaram um golpe muito duro à proposta dos plataformistas, tanto pelo categórico de seus argumentos como pelo prestígio de seu autor. Malatesta baseou suas críticas na tradução francesa de Volin e seus pontos de vista são coincidentes com os de Maria Isidine, que leu a versão original russa e integrava o grupo editorial de Dielo Truda; razão suficiente para descartar a afirmação de Alexandre Skirda sobre a suposta tradução tendenciosa para o francês operada por Volin.

Malatesta acreditava que era necessária a formação de grupos puramente anarquistas para superar as tendências reformistas características ao movimento operário, mas eles deviam estar em harmonia com os princípios do anarquismo, ter uma formação baseada na livre cooperação dos indivíduos, fortalecedora da consciência revolucionária e estimuladora da iniciativa de seus membros. Mas a Plataforma não cumpria estes requisitos, afirmava Malatesta.

> *Na minha opinião, ao invés de criar entre os anarquistas um maior desejo de organização, parecera ter sido formulada para o desígnio expresso de reforçar o preconceito naqueles camaradas que acreditam que organização significa a submissão a líderes e que pertence a uma instituição centralizada, autoritária, que afoga qualquer livre iniciativa. E, de fato, expressa aquelas mesmas intenções que alguns persistem em atribuir a todos os anarquistas descritos como organizadores, contrariamente à verdade evidente, e apesar dos nossos protestos.*

Também considerava errôneo e impraticável tentar unir todos os anarquistas em uma única organização. Neste ponto sua argumentação coincidia com a de Maria Isidine: “Nós anarquistas podemos dizer que somos todos do mesmo partido, se pela palavra partido entendemos todos aqueles que estão do mesmo lado, ou seja, que compartilham as mesmas aspirações gerais e que, de uma ou de outra maneira, lutam pelo mesmo objetivo contra os inimigos comuns. Mas isto não quer significa que seja possível – nem, talvez, sequer desejável – unirmo-nos todos juntos em uma mesma associação específica”. É indiscutível que Malatesta nunca apoiou a criação de um partido político anarquista nem um partido de quadros, como algumas pessoas insistem.

A “verdade” da ideia anarquista não pode ser, por conseguinte, monopólio de um comitê executivo, de uma determinada organização ou obtida por uma maioria de

votos. Tampouco existem critérios incontestáveis para separar de antemão os elementos saudáveis dos perniciosos ao movimento.

Para Malatesta, a forma organizativa projetada na Plataforma não se conforma aos princípios e métodos anarquistas. E como os meios (autoritários) não se adequam aos fins (libertários), a organização plataformista por ser tipicamente autoritária distorce o espírito do anarquismo e conduzirá a um resultado não anarquista. Malatesta impugna em especial a direção político-ideológica por um comitê executivo, encarregado de apontar a tática geral da União.

> *Isto é anarquista? Na minha opinião, isto é um governo e uma igreja. É certo que não há polícia nem baionetas, como tampouco há discípulos fiéis a aceitarem a ideologia ditada, mas isto só significa que seu governo seria impotente e impossível, e que sua igreja seria um criadouro de divisões e heresias. Seu espírito, sua tendência, segue sendo autoritária e seus efeitos educativos serão sempre antianarquistas.*

Um dos pontos de maior diferença de critério foi a questão da responsabilidade coletiva, que será tomado por Malatesta a partir de um enfoque diferente de M. Isidine. Este princípio de responsabilidade coletiva constitui o fundamento do espírito disciplinado que a Plataforma requeria de seus militantes, e havia sido esboçado germinalmente por Makhno em 1925 no artigo Sobre a Disciplina Revolucionária. Segundo este princípio, toda a organização é responsável por aquilo que cada membro faz. A única forma de aplicar este princípio é se ater a uma estrita disciplina e que todos os indivíduos e grupos integrantes se submetam à vontade geral da organização, determinada pela maioria. Como conjugar esta coerção com o princípio de independência de critério e a liberdade de crítica? Para operar sem coerção organizativa sobre a minoria, seria necessário que todos os seus membros tivessem a mesma opinião em todo momento, o que é irrealizável como a experiência prática o demonstra. Além disso, o princípio de maiorias poderia significar, no caso de que não fossem somente dois mas mais as propostas em disputa, a posição preponderante da primeira minoria (ou seja, a maior das minorias). Sobre bases tão frágeis, a "autodisciplina livremente aceita" de Makhno careceria de sentido prático. E sobre quais argumentos os anarquistas podem negar o governo das maiorias nas sociedades humanas, quando o aplicam no interior de suas próprias organizações?

A Malatesta não escapavam as motivações que impulsionaram os autores da Plataforma a exaltar ideias repelentes por natureza ao anarquismo (tanto organizacionista como individualista): disciplina, princípio de maiorias, responsabilidade coletiva, comitês executivos, direção ideológica, unidade tática etc., privilegiando a eficácia e a efetividade.

> *Estes companheiros estão obcecados pelo êxito que os Bolcheviques tiveram em seu próprio país, e quiseram, à maneira dos Bolcheviques, unir os anarquistas em uma espécie de exército*

disciplinado, o qual, sob a direção ideológica e prática de alguns poucos líderes, marchasse compacto ao assalto do regime presente e, então, alcançada a vitória material, presida a constituição da nova sociedade. E talvez seja certo que sob este sistema, sempre que os anarquistas o aceitassem e que os líderes fossem homens de gênio, nossa eficiência material seria enorme. Mas com que resultado? Não ocorreria com o anarquismo o que ocorreu na Rússia com o socialismo e o comunismo?

O escrito de Malatesta suscitou uma ríspida resposta de Archinoff em Dielo Truda, por maio de 1928, O Velho e o Novo no Anarquismo. Ali defendeu e ratificou as posições da Plataforma, sem fazer novos aportes argumentativos. Em contrapartida, ficou evidente que as críticas aos plataformistas não eram produtos da confusão originada pela leitura da uma versão malograda do texto original. Assim como em sua virulenta resposta a Volin, Archinoff não fez nenhum esforço convincente para refutar as posições de seu interlocutor, caindo em desqualificações e preconceitos que logo seriam convertidos em clichês plataformistas: acusação de dogmatismo, de intelectualismo afastado das massas, de negligência e irresponsabilidade. Archinoff insiste que a Plataforma é fruto da experiência concreta para desqualificar as posições de seus adversários como "abstrações dogmáticas". Mas desajeitadamente esquece que esse mesmo argumento poderia ser esgrimido por seus detratores russos como Volin, Fleshin, Maximoff, Berkman, Goldman ou Schapiro, coparticipantes da mesma experiência. Sem o menor indício de autocrítica – coincidindo com os marxistas-leninistas –, considera superado o anarquismo do passado, e proclama arrogantemente:

O comunismo libertário não pode permanecer nos obstáculos do passado, deve ir mais além, combatendo e superando seus defeitos. O aspecto original da Plataforma e do grupo Dielo Truda consiste precisamente em eles serem estranhos a dogmas anacrônicos, a ideias pré-fabricadas e que, pelo contrário, se esforçam em levar adiante sua atividade partindo dos fatos reais e presentes. Esta aproximação constitui a primeira tentativa de fundir o anarquismo com a vida real e de criar uma atividade anarquista sobre esta base. É só assim que o comunismo libertário pode se libertar de um dogma obsoleto e promover o movimento vivo das massas.

Pouco depois, um Nestor Makhno entristecido fazia chegar por carta a Malatesta uma doída resposta. Após manifestar desacordo com sua refutação da Plataforma, Makhno lhe faz uma pergunta referente à atuação construtiva dos anarquistas na sociedade, que é em si mesma toda uma declaração: "Os anarquistas deveriam assumir uma função diretiva, e, consequentemente, responsável, ou deveriam se limitarem a ser auxiliares irresponsáveis?". Malatesta responde:

Sua pergunta me deixa perplexo, porque carece de precisão. É possível dirigir mediante o conselho e o exemplo, deixando ao povo – provido das oportunidades e dos meios para suprir por si mesmo suas necessidades – adotar nossos métodos e soluções se estes são, ou parecem ser, melhores que aqueles sugeridos e executados por outros. Mas é também possível dirigir tomando o comando, isto é, convertendo-se em governo e impondo as ideias e os interesses próprios mediante métodos policiais. De que maneira quisera dirigir?

Somos anarquistas porque acreditamos que o governo (qualquer governo) é um mal, e que não é possível ganhar a liberdade, a solidariedade e a justiça se não é com liberdade. Não podemos, então, aspirar ao governo e devemos fazer tudo quanto for possível para evitar que outros – classes, partidos ou individualidades – tomem o poder, convertendo-se em governos. (…)

Mas quando vejo que na União que vocês apoiam há um Comitê Executivo que dá direção ideológica e organizativa à associação, me fica a dúvida de que vocês também quiseram ver, no movimento geral, um corpo central que ditaria, de maneira autoritária, o programa teórico e prático da revolução. Sendo isto assim, somos polos opostos. Sua organização, ou seus órgãos administrativos, poderiam ser compostos por anarquistas, mas não seriam outra coisa senão um governo.

Finalmente, a última intervenção de Malatesta no debate sobre a Plataforma foi o breve artigo A Propósito da "Responsabilidade Coletiva", e foi publicado em Studi Sociali, em 10 de julho de 1930, quando a tormenta já havia escampado.

A primeira morte da Plataforma

O interesse pela Plataforma foi diminuindo progressivamente por causa das fortes críticas que ela suscitou, e porque quase não logrou nenhuma adesão significativa fora do círculo de exilados russos. Os padecimentos do exílio, as inimizades pessoais, a miséria que deviam suportar junto a suas famílias desintegraram o movimento anarquista russo no exílio. Enquanto alguns como Volin ou Makhno permaneceram na França resistindo à fome e aos achaques, outros como Gorelik e Maximoff optaram por emigrar da França, tomando como destino terras americanas após peregrinarem pela Europa. Finalmente, um pequeno grupo decidiu retornar à Rússia, entre os quais se encontrava Archinoff, por quem aguardava um desenlace orwelliano.

Ainda mais que a decepção que lhe causou a rejeição da Plataforma pelo conjunto do movimento anarquista internacional, Archinoff se desesperava com a

depressão nostálgica, fruto do exílio em que havia caído sua amada companheira. Tendo sido expulso da França, estabeleceu contato com o líder comunista Ordzhonidze – um ex-companheiro de detenção – que lhe prometeu ajudá-lo a voltar se ele se retratasse de todas as suas críticas ao bolchevismo e rompesse definitivamente com o anarquismo. Até o próprio Volin lhe pediu que não retornasse à Rússia porque nunca perdoariam seu passado anarquista. Ele publicou em Paris dois panfletos contra o anarquismo: O Anarquismo e a Ditadura do Proletariado (1931) e O Anarquismo em Nossos Tempos (1933); posteriormente, publicou no periódico comunista Izvestia em 30 de junho de 1935 O Fiasco do Anarquismo. Uma vez na Rússia, trabalhou como corretor de provas em Moscou por um tempo, até que durante as purgas estalinistas de 1937 foi encarcerado sob a acusação de anarquista e fuzilado pouco depois.

Camillo Berneri e Max Nettlau o criticaram ferozmente enquanto Alexander Berkman o tratou como traidor e covarde. Makhno rompeu publicamente com Archinoff e lhe tachou de vanglorioso e ambicioso por poder. Praticamente rompeu com a posição da Plataforma quando expressou que Archinoff "começou a ver a si mesmo como o líder do anarquismo, para o qual buscou e encontrou os fundamentos teóricos. Era um passo fácil de dar, um passo em direção ao bolchevismo".

A traição de Archinoff e sua orientação filobolchevique arrastou consigo a Plataforma Organizacional em seu desprestígio. Mas após algumas décadas de esquecimento, ela ressurgiria a partir da década de cinquenta na França e na Itália, e nos anos sessenta e setenta nas ilhas britânicas, quando o movimento anarquista internacional estava em franco retrocesso.

França: um retorno turbulento

Apesar da proposta do grupo Dielo Trouda ter sido rejeitada inteiramente por praticamente todo o movimento anarquista internacional, na França sua semente brotou com força. A Union Anarchiste havia sido fundada em 1919 e editava diariamente Le Libertaire. Em 1926 mudou sua denominação para Union Anarchiste Communiste (UAC) e em 1927 a influência do grupo de exilados russos no congresso de Orleáns conduziu à adoção programática da Plataforma, acentuando-se as diferenças com a tendência sintetista de Volin, que finalmente cindiu formando a Association des Fédéralistes Anarchistes (AFA). Por esta época, Marie Goldsmitt-Korn (Isidine) escreve seu artigo crítico ao plataformismo, Organização e Partido, a propósito do congresso de Orleáns. Em 1930, alguns militantes da UAC se aproximam de posições sintetistas e se empenham pela união do movimento, o que se consegue, finalmente se reintegrando na AFA em 1934, frente à ameaça do fascismo ascendente. A nova organização retoma o nome da UA, mas pouco depois se provoca uma fração, que se denominará Fédération Anarchiste de Langue Française (FAF) – que editará Terre Libre com a colaboração de Volin e Prudhommeaux –, com uma posição crítica à cooperação da UA com a Frente Popular e à participação da CNT espanhola no governo republicano. O movimento passaria para a clandestinidade durante a Segunda Guerra Mundial.

Finalizada a ocupação alemã, os anarquistas franceses se reorganizam na Fédération Anarchiste (FA) – de corte sintetista e composição heterogênea –, aos fins

de 1945; Georges Fontenis foi eleito seu primeiro secretário geral. Este sinistro personagem criará por volta de 1950 uma facção secreta denominada Organisation Pensée Bataille (OPB), de tendência plataformista, desenvolvendo uma prática autoritária e jesuítica com o objetivo de excluir as outras tendências da FA e desenvolver finalmente uma estrutura centralizada e homogênea, que se denominará Fédération Communiste Libertaire (FCL) a partir do congresso de Paris de 1953. Por essa época Fontenis publicou seu Manifesto Comunista Libertário – uma versão atualizada da Plataforma de Archinoff – que resumiria o programa da FCL. Como era de se esperar, o Manifesto celebra os já conhecidos lemas: unidade tática, unidade teórica, princípio de maiorias, responsabilidade coletiva, disciplina partidária, vanguardismo proletário e luta de classes. A similaridade deste documento com a Plataforma de Archinoff é tão grande que quase poderia ser considerado um plágio. A atuação da OPB no seio da FCL foi catastrófica segundo a descrição que dela fizeram aqueles que tiveram de padecê-la: “eles tentam o impossível casamento entre o marxismo e o anarquismo, estão obnubilados pela ordem e pela disciplina, exigem a eficácia revolucionária a todo custo, mesmo que seja renegando nossos princípios”... “atuando no obscurantismo, impõem aos seus membros um silêncio absoluto sobre sua natureza e seus objetivos (seus estatutos chegam a prever a eliminação física de seus agentes se eles faltarem à disciplina de ferro que põe em perigo sua organização). A finalidade? Membros da Federação Anarquista, os agentes da OPB têm por lema controlar a estrutura para poder fazer melhor a mudança marxista libertária” (publicado em Tierra y Libertad, nº 196, novembro de 2004). A publicação do Memorando do grupo Kronstadt, saído do próprio FCL, denunciou a orientação bolchevique da FCL e a existência de seu organismo secreto OPB.

Em 1956, a FCL apresentou dez candidatos nas eleições legislativas de janeiro, entre os quais figurava André Marty – expulso do Partido Comunista e apelidado “o carniceiro de Albacete” por massacrar anarquistas durante a Revolução Espanhola – para atrair os votos dos comunistas dissidentes; os resultados foram irrisórios. A repressão governamental intensificada por seu apoio crítico à luta anticolonialista da Argélia, sua fracassada aventura eleitoralista e a indiferença geral do resto dos anarquistas levaram ao desaparecimento da FCL em 1958.

Paralelamente, até 1953 os anarquistas que haviam sido excluídos da FCL reconstituíram a FA de orientação sintetista e plural, editando Le Monde Libertaire. Durante os anos sessenta, as tentativas plataformistas de mudar a direção da Federação terão uma nova expressão na Union des Groupes Anarchiste Communistes, reproduzindo as táticas conspirativas de Fontenis e seus seguidores, ainda que sem obterem resultados. Em 1966, a UGAC difunde uma Carta ao movimento anarquista internacional, onde afirma que o anarquismo não pode assumir a liderança do movimento revolucionário mundial e deve se resignar a atuar como integrante de um movimento mais extenso, propiciando uma política frentista de alianças com maoistas e trotskistas. Em 1927 com a UAC e em 1953 com a FCL foram as únicas oportunidades históricas em que os plataformistas dispuseram da liderança de uma organização sólida de grande tamanho. Nem o sintetismo de Volin nem o plataformismo de Archinoff se mostraram viáveis ou eficazes para formarem um movimento sobre bases comuns.

O neoplataformismo desde 1968

Apesar de seu fracasso germinal, o plataformismo – ou talvez expressado mais corretamente, o neoplataformismo – conseguiu ganhar terreno depois do verão libertário de 1968. Não é por acaso que em um contexto de explendor da esquerda revolucionária – cuja expressão característica serão as organizações guerrilheiras –, relutante ao papel conciliador dos Partidos Comunistas sob a órbita soviética, a Plataforma tenha sido recuperada com o fim de renovar o anarquismo. Mas esta atualização na realidade procurava colocar o anarquismo em tom com as propostas esquerdistas da moda em vez de responder a um processo de amadurecimento ideológico e uma análise da evolução do capitalismo e do Estado. O plataformismo vai cair como um anel no dedo de quem considerava o anarquismo "atrasado" e afastado das massas, em uma torre de cristal. O plataformismo imitava perfeitamente a esquerda compartilhando seus lemas e proporcionava muitas das respostas às questões que preocupavam jovens militantes libertários que se sentiam avassalados por um mundo que girava à esquerda: o potencial revolucionário de uma organização anarquistas era entendido como diretamente proporcional à semelhança com os partidos de esquerda.

Na França a partir de 1968, em seguida aos sucessos de maio, o anarquismo se encontra totalmente fragmentado como movimento: a Fédération Anarchiste, o Mouvemment Communiste Libertaire (criado por partidários de Fontenis, pela UGAC e outros grupos plataformistas), a Union Fédérale des Anarchistes, a Alliance Ouvrière Anarchiste, a Union des Groupes Anarchistes Communistes, o grupo editor de Noir et Rouge, a CNT, a Union Anarcho-Syndicaliste, a Organisation Révolutionnaire Anarchiste (ORA) e outros grupos diversos, entre autonomistas, situacionistas, conselhistas e individualistas.

A ORA, o MCL e outros plataformistas se integram em uma Organisation Communiste Libertaire em um congresso em Marselha durante 1971. Depois de idas e voltas, defecções e adesões reconstituem uma segunda OCL em 1975, mas incorporando elementos autonomistas, e a ORA plataformista se recompõe à parte, ainda que alguns de seus quadros se incorporem à Union des Communistes de France, maoista-estalinista. Nesta caótica macedônia de organizações libertárias – da qual só oferecemos uma amostra – também surge a plataformista Union des Travailleurs Communistes Libertaires (UTCL), à qual aderem Fontenis e Guérin em 1979. Em seguida a um processo de debate intenso transformam-se em Alternative Libertaire em 1991, que conserva bastante do espírito de suas predecessoras.

Uma plêiade de organizações povoou o espaço libertário francês dos últimos quarenta anos, sendo uma boa parte delas de tendência plataformista, mas incorporando elementos de origem diversa, que abrangem desde o marxismo libertário de Guérin e o esquerdismo revolucionário até o conselhismo e o autonomismo. Paradoxalmente, desde 1953, foi a Fédération Anarchiste – que interpreta o pensamento sintetista de Volin e Faure, opositores da Plataforma desde sua criação – a única organização que logrou continuidade como um coletivo, o que constitui um tácito fracasso do plataformismo em sua pretensão de formar a União Geral dos Anarquistas proposta por Archinoff. As alardeadas noções de disciplina partidária,

responsabilidade coletiva, unidade tática e teórica demonstraram sua ineficácia na prática concreta dos grupos plataformistas franceses.

Na Itália surge durante os anos 70 a Organizzazione Rivoluzionaria Anarchica que após se fundir com outros grupos formará a Federazione dei Comunisti Anarchici em 1986. Apesar de seus escassos militantes, persiste até a atualidade com seções em Toscana, Lombardia, Friuli, Liguria, Puglia e Emilia.

Na Irlanda, o plataformismo se estabeleceu como a tendência anarquista de maior influência. O Workers Solidarity Movement foi fundado em 1984 por ex-membros do trotskista Socialist Workers Party e por anarquistas de Dublin e Cork. Apesar de ser um grupo reduzido em tamanho demonstraram um grande esforço militante e tiveram participação em campanhas contra a aplicação de impostos, campanhas pró-aborto e em conflitos sindicais. Além disso, tiveram participação ativa nos movimentos antiglobalização, em campanhas antibélicas contra a intervenção norte-americana, assim como uma importante presença na Internet. Foi duramente criticado por sua participação na campanha eleitoral do candidato Des Derwin no sindicato SIPTU, por sua aproximação do republicanismo irlandês e por dirigir seu discurso exclusivamente aos setores operários católicos, omitindo o setor protestante.

Na Espanha, os plataformistas atuaram no interior da CNT em 1978, gerando alguns escândalos de proporções. Liderados por Mikel Orrantía, socavaram as práticas tradicionais da CNT e lançaram todo tipo de acusações contra muitos de seus militantes mais notórios. Segundo se refere Juan Gómez Casas (Relanzamiento de la CNT, ediciones CNT, 1984, págs. 138-140), "Orrantía não desejava nem o anarcossindicalismo nem a CNT. Esta lhe interessava como campo de experimentação e como força de manobra. Anunciava seu desejo de permanecer na CNT sempre que se permitisse liberdade de tendência dentro da mesma e a máxima liberdade de expressão. Aqui havia ainda autonomia operária e assembleísmo, claro que todavia se tratava de um nível organizativo inferior. Mas por cima e exteriormente à CNT aparecia a plataforma Archinoffiana, ou seja, um nível organizativo mais perfeito e o grupo de revolucionários seguros, homogeneamente orientados para um fim, destinado a impulsionar as massas e a ordenar as retiradas táticas nos momentos delicados. Dentro deste grupo, nos dizia Orrantía, já não cabia a liberdade de expressão. Os discrepantes da orientação geral deveriam então abandonar o grupo, porque não podia haver dissenso. Se tratava neste caso da vanguarda dirigente e monolítica". Após abandonar a CNT estes personagens utilitários apoiaram eleitoralmente primeiro o PSOE e depois o braço político do ETA, o partido basco Herri Batasuna. Hoje em dia o plataformismo segue sendo uma tendência insignificante dentro do movimento libertário espanhol.

Existem grupos plataformistas na Grécia, na Turquia, no Brasil, na Argentina, em Portugal, na Venezuela, na África do Sul, no Peru, no México etc. Sua relevância é mínima não só dentro de seus países mas também como tendência dentro dos movimentos anarquistas locais. Na América do Norte a NEFAC agrupa os plataformistas dos Estados Unidos e do Canadá desde 1999.

No Chile, a Organización Comunista Libertaria é o principal grupo plataformista; suas posições e retórica não se diferenciam do resto da esquerda, além de se designarem como um partido. Seu principal referencial organizativo é o WSM da

Irlanda. Seu principal antecedente é o defunto Congreso de Unificación Anarco Comunista de novembro de 1999, autor de um curioso documento que descrevia sem embaraço sua concepção sectária da organização revolucionária. Estabeleciam 3 categorias: simpatizante, pré-militante (aspirantes) e militantes com participação plena. Estes últimos trabalhavam na estrutura da organização, tinham que estar em dia com suas cotizações e deviam participar regularmente de suas assembleias gerais. Como amostra do espírito vigilante da organização, o documento declarava que era dever do militante assistir "regularmente às oficinas de formação teórica, avisando ao encarregado da Comissão de Educação suas faltas com antecedência, de modo que possa repassar suas lições em outra ocasião". Cada uma destas categorias tinha os direitos e obrigações correspondentes, tudo devidamente estipulado em uma lista do militante libertário. Para ser militante, os aspirantes deveriam estar de acordo por completo com a política da organização. Segundo os estatutos, só os militantes poderiam participar ativamente na geração de políticas por parte da organização ou "ocupar espaços nos órgãos de difusão da Organização". É inimaginável uma implementação mais rigorosa dos princípios de unidade teórica, unidade tática e disciplina.

Uma vez apresentado e aceito o novo militante à assembleia, se prodigalizava uma cerimônia de recebimento, como um ritual de passagem ao seu novo estado. Para evitar suspeitas, aqui está uma transcrição textual do evento:

> *A cerimônia consistirá na leitura que o novo companheiro fará, no início da assembleia, de uma ata de compromisso que sele sua fidelidade perante seus novos companheiros e a causa revolucionária, depois da qual se entoarão os hinos "Hijos del Pueblo" e "A las Barricadas". Uma vez que isto for efetuado, se procederá à entrega de sua cartilha de militante e de seu distintivo (lenço ou bracelete). Para a ocasião, todos os companheiros deverão assistir com seu distintivo colocado. Posteriormente, todos os companheiros procederão cordialmente a uma saudação personalizada ao companheiro. Está planejada para durar menos de dez minutos.*

Toda esta palhaçada poderia gerar risos se não tivesse sido acompanhada de um código de infrações e penalidades, estabelecidas de antemão, que iam desde a repreensão verbal até a expulsão (se bem que, considerando o estilo de funcionamento da organização, o castigo equivaleria mais a uma recompensa). Para mitigar as penalidades os autores do documento declaravam que "não nos move o interesse puramente punitivo, mas devemos velar pelo correto funcionamento, pela segurança e pela coesão interna da organização. Nesse sentido, a penalidade teria como objetivo impedir um funcionamento anômalo". Ou seja, uma exaltação do controle sobre os indivíduos, do conformismo e da anulação da autonomia individual, eliminando toda discrepância possível. Os estatutos do CUAC não foram exatamente transcendentes na história do movimento anarquista chileno, muito menos internacionalmente. Os

incluímos neste resumo porque constituem uma boa amostra do autoritarismo a que tendem as organizações plataformistas. O CUAC foi uma recriação em paródia da experiência da OPB de Fontenis, não tão espetacular mas não menos funesta.

Anarquismo partidário e especifismo

Paralelamente à tendência neoplataformista, se desenvolveu na América do Sul uma tendência denominada especifismo, que defende postulados parecidos com o plataformismo, ainda que de uma fundamentação diferente e de uma genealogia diferente. Postula que os anarquistas devem se agrupar em organizações de caráter ideológico especificamente anarquista e dali trabalhar nos movimentos sociais. Também se insiste na unidade teórica, na unidade tática e no desenvolvimento de políticas da organização específica aos movimentos sociais nos quais seus militantes participam. A esta ação denominam inserção social e – segundo Felipe Correia, teórico da Federação Anarquista do Rio de Janeiro – "está ligado somente à ideia de retorno organizado dos anarquistas à luta de classes e aos movimentos sociais". Apesar de seus impulsores diferenciarem sua prática de inserção social do "entrismo" dos partidos de esquerda, sua prática acaba sendo similar.

O especifismo, ou "anarquismo organizado" – como preferem se denominar com os plataformistas, o que é também um sinal de desconsideração a outras formas organizativas anarquistas – é crítico ao sintetismo de Volin-Faure, e poderia ser considerado um plataformismo sem Plataforma. Não se deve confundir o especifismo – que constitui uma tendência ideológica – com as organizações específicas anarquistas, que podem pertencer às mais variadas tendências (insurrecionalismo, individualismo, comunismo, primitivismo, coletivismo etc.). O sintetismo promove organizações de caráter abertamente anarquista, ou seja, grupos específicos, o qual é muito diferente do especifismo. Esta forma organizativa sintetista acompanhou sempre as organizações não específicas, ou seja, o movimento anarcossindicalista, sendo a união CNT-FAI a mais célebre. As organizações específicas constituem federações locais heterogêneas que priorizam a unidade estratégica – ou seja, os fins anarquistas – e a diversidade tática, e se unem na Internacional de Federações Anarquistas (IFA). Por sua vez, as organizações de tendência especifista se agrupam internacionalmente junto com as organizações plataformistas e o sindicalismo "alternativo" pseudoanarquista na SIL, a internacional paralela reformista. Feito este esclarecimento, o especifismo só se diferencia do plataformismo por sua origem histórica, alcançando as mesmas conclusões. Para evitar confusões utilizaremos um termo mais adequado à prática e teoria do especifismo: anarquismo partidário. O paradigma organizativo desta tendência anarcopartidária é a Federación Anarquista Uruguaya, fundada em 1956. A revolução cubana de 1959 significou um impacto inédito no movimento anarquista uruguaio, que após uma profunda discussão interna no seio da F.A.U. – que era um exemplo pronto de sintetismo onde conviviam diversas tendências libertárias – como bem afirma Daniel Berret – "inaugura um processo de buscas de final aberto que a levaria a uma perda gradual da identidade anarquista no sentido forte e intransigente do termo"[2]. Segundo este autor, a definição anarquista irá

sendo cada vez mais relativizada, incorporando contribuições do marxismo, até chegar a se falar de "Fau sem pontos", ou seja, uma denominação que respondia a um "passado anarquista" mas não a uma "sigla anarquista". As características desta mutação anarcomarxista da FAU poderiam ser resumidas em: uma redefinição da concepção de poder como um motor de mudança social, centralização organizativa, disciplina interna e política de alianças com a esquerda revolucionária.

Segundo relata Pablo Anzalone, ex-integrante da FAU (atual integrante do Partido por la Victoria del Pueblo ou PVB, que entrega o Frente Amplio, hoje no poder), "a organização já não se definia como 'anarquista', se pensava na necessidade de uma 'síntese' entre marxismo e anarquismo. Se usava o pensamento de expoentes da corrente estruturalista do marxismo, como Poulantzas e Althusser, e depois de Gramsci. A organização tinha como uma proposta teórica consistente em incorporar os elementos do marxismo revolucionário, mantendo os valores ideológicos libertários que vinham do anarquismo mas com uma distância clara do anarcossindicalismo. Há Cartas de FAU (uma das publicações da organização naquele tempo) que falam da importância do partido e discutem como seria o mesmo. Era uma organização que claramente hierarquizava a política" (publicado em Brecha, 17 de novembro de 2006).

Não nos aprofundaremos sobre a história da FAU, já que escapa aos nossos objetivos, mas assinalaremos que depois de sua reconstituição após o retorno da democracia, a FAU retomou grande parte de seu ideário anarquista, mas despojado de muitas das "contribuições" marxistas. Não obstante, é o arquétipo do anarquismo partidário ou tendência especifista que hoje organizações brasileiras como a Federação Anarquista Gaúcha, a Federação Anarquista do Rio de Janeiro e a Federação Anarquista Cabocla prosseguem, junto a outras organizações uruguaias e argentinas.

Conclusões: entre o extravio teórico e a fraude ideológica

É impossível fazer uma análise objetiva de um pensamento com o qual se está em desacordo praticamente em tudo. Com certeza, até agora tratamos de nos manter dentro dos trilhos da objetividade, nos reservando até este último título para dar rédeas soltas à parcialidade de nossas conclusões e avaliações.

Em primeiro lugar, as tendências plataformistas e anarcopartidárias especifistas declamam uma renovação teórica que, quando não brilha por sua ausência, tão só se reduz à incorporação acrítica de elementos ideológicos do marxismo-leninismo. A pobreza teórica da Plataforma de Archinoff é tal que sua análise do contexto político, econômico e social da Rússia de 1921 nem sequer eram satisfatórios para os padrões da época. Nenhum estudioso com um conhecimento mínimo da história russa ou ucraniana levaria a sério as análises de Archinoff, ainda mais deficientes que as dos bolcheviques.

Isto não seria um problema sequer a considerar se os autores da Plataforma não tivessem dado validade universal às suas teorias. Argumentaram que seu anarquismo é o fruto "da experiência na revolução russa", a qual supõem que lhes abriu muito as portas do esclarecimento teórico-ideológico. A plataforma de Archinoff está fundamentada em uma generalização da interpretação de um acontecimento histórico

particular e irrepetível – a participação anarquista durante a revolução russa –, residindo ali grande parte de sua anemia e caducidade. Além de ser subjetiva, como toda experiência, e não dar prerrogativas de nenhuma espécie a quem as vivenciou, os autores da Plataforma (Archinoff, Makhno, Mett) foram tão participantes da "experiência russa" quanto seus detratores (Volin, Fleshin, Berkman). E não deve se pensar que os neoplataformistas na atualidade não repetem semelhante sandice; eles se encarregam de pregá-la aos quatro ventos.

A exagerada valorização da experiência própria não é a única coisa em que os seguidores da Plataforma vão contra o senso comum. Existe uma marcada contradição entre a necessidade de uma teoria definida e única como guia de ação, e um marcado anti-intelectualismo que costuma ser esgrimido para insultar os críticos de seu projeto. As críticas à Plataforma costumam ser qualificadas como divagações teóricas, catecismo de intelectuais, ausência de contato com a realidade, ainda que provenham de militantes comprometidos e teóricos brilhantes como Malatesta, Volin ou Berneri. Como acerta Bob Black, "o plataformismo é um triunfo da ideologia sobre a experiência"[3].

A pretensão de invulnerabilidade teórica da Plataforma é inconsistente por completo com seu suposto caráter provisório. Este caráter transitório que seus autores lhe deram na verdade nunca foi superado, no máximo foi plagiado por seus seguidores. Aqui se evidencia a incapacidade para produzir teoria, a inaptidão para pensar análises inovadoras, a repetição de clichês e frases vazias de conteúdo. Nem o plataformismo nem o especifismo partidário fizeram uma única contribuição teórica de valor nos últimos 80 anos, mesmo que nunca tenham deixado de reclamar ao resto dos "desorientados" anarquistas a necessidade de implementar a unidade teórica.

Não menos importante é o papel que desempenham as outras duas divisas do neoplataformismo: a unidade tática e a aspiração à unidade organizativa. Se a unidade tática era criticável em suas primeiras formulações de 1926, é completamente ridículo perseverá-la em um mundo muito mais complexo, não há nenhuma garantia de que a unidade tática e a unidade organizativa possam levar à vitória de uma causa qualquer. E esta verdade de Perogrullo os neoplataformistas substituíram por uma duvidosa obviedade de que a unidade tática, teórica e organizativa são o único e principal caminho para conseguir uma mudança revolucionária. Se fosse assim, os partidos leninistas, trotskistas, maoistas, estalinistas, teriam grandes facilidades para alcançarem seus objetivos, quando a realidade indica o contrário. Ao invés disso, a pluralidade tática e a autonomia organizativa sempre foram a base propícia para o desenvolvimento da ação anarquista frente à rigidez organizativa dos partidos políticos (e dos plataformistas).

A suposta eficácia dos modelos plataformistas e especifistas frente ao caos organizativo que atribuem ao anarquismo nunca se traduziu em fatos, em nenhum contexto histórico nem região geográfica. E quando organizações destas correntes obtiveram certa preponderância dentro do movimento ou na sociedade, os resultados foram o calcanhar de Aquiles de seus apologistas. Quanto maior é o êxito da organização plataformista ou anarquista partidária especifista, mais longe do anarquismo se localizam, parece ser a função inversamente proporcional que descreve sua ação, em tom com "a obsessão aritmética que lhes caracteriza", nas palavras do

companheiro cubano Gustavo Rodríguez[4]. Basta lembrar das experiência "de êxito" da OPB francesa, da FAU uruguaia e a AUCA na Argentina, tingidas de centralismo organizativo, eleitoralismo, leninismo, populismo, afinidade esquerdista, colaboracionismo com governos populares em diversas proporções e conteúdos. E sem desdenhar da adoção do obsoleto materialismo dialético – doutrina oficial do PCUS concebida pelo antianarquista Plekhanov, que refunde o mais desagradável do pensamento marxista – como componente superior de seu método analítico.

Todo o jargão plataformista/especifista é um sinal de sua pobreza teórico-analítica: inserção social (a partir de fora), disciplina, luta de classes, responsabilidade coletiva, programa de ação, unidade tática e teórica, anarquismo organizado, são conceitos que se contrapõem a um par antagônico que representa em seu imaginário as outras tendências anarquistas: desconexão social, falta de compromisso, indisciplina, anarcoliberalismo burguês, irresponsabilidade individual, desorientação tática, desorganização, ineficácia, dispersão teórica e sectarismo. Esta visão maniqueísta que nunca correspondeu à realidade é a única sustentação desta corrente de pensamento, se é que se pode qualificá-la como tal. Os mesmos lemas são repetidos desde a primeira redação de Archinoff até hoje em dia como verdades imutáveis e ubíquas. Toda crítica aos seus pontos de vista é condenada como expressão de uma atitude não revolucionária.

O plataformismo é convertido assim naquilo que o resto dos anarquistas falsamente endossa: uma igreja dogmática de pretendida validade universal. Como bem assinala Daniel Barret[5], o plataformismo se apresenta como "renovador", mas se justifica sobre uma fundação doutrinária baseada em um cenário histórico que já não existe:

> *O grosso dos elementos detonantes de sua reflexão não se situa ao nível das demandas e exigências reais de um certo contexto social concreto e de sua correspondente historicidade mas que se articula basicamente com polêmicas internas ao movimento anarquista; fundamentalmente como uma impugnação ou como um objeto do julgamento de sua muito duvidosa eficácia política em circunstâncias históricas concretas. Esse tema, evidentemente, não é uma invenção de momento nem uma circunstância episódica e, como tal, deve-se prestar-lhe a atenção que merece. Pelo contrário, o que não parece certo é desligar as soluções ao dilema do contexto histórico no qual este se inscreve atualmente e, em seu lugar, vinculá-las a alguns princípios abstratos extraídos da avaliação crítica de uma derrota revolucionária ocorrida na Rússia e em 1921.*

Nenhuma expressão plataformista ou anarcopartidária teve uma influência de destaque nos movimentos sociais com exceção da FAU no sindicalismo uruguaio. Por que esta contradição entre a suposta raiz social do plataformismo/especifismo, seu aparente conteúdo social, a tão alardeada inserção social e uma realidade social que

sempre lhes é apresentada esquiva, evidenciada em sua magra ou nula participação nos movimentos sociais de qualquer tipo, particularmente dentro do movimento operário? A resposta é que na prática os plataformistas não se diferenciam em absoluto do resto dos partidos políticos por suas formas de ação, apresentação e representação. Competem no mesmo terreno. A inserção social plataformista não pode ser outra coisa além de entrismo quando quem atua dentro dos movimentos sociais autônomos responde a programas concebidos externamente.

> *Nesse contexto, a unidade tática não pode nem poderá resolver jamais os variados e arrítmicos problemas que se apresentam na base dos movimentos sociais e se transformam necessariamente, no que diz respeito à organização "específica", em uma prática regulada a partir de comitês que passam a ser constituídos na administração cotidiana e institucionalizada dos acordos gerais de trabalho político no mesmo momento em que seus militantes no seio desses movimentos têm ou deveriam ter uma vida de relações e intercâmbios abertos e assinada por uma pluralidade, uma diversidade e uma singularidade intransferíveis e inegociáveis que só podem transcorrer livremente e expandirem-se na vertigem caótica e sublime das assembleias.* (Daniel Barret)

Como conjugar a unidade tática, a disciplina partidária e a execução de um programa idealizado pela organização político-revolucionária, com os interesses de um coletivo social autônomo e com a autogestão? Se a unidade tática e a disciplina coletiva não são aplicáveis fora da base da organização, que sentido tem então falar nestes termos?

É aqui onde se evidencia o significado da afirmação que o comunismo anárquico é uma expressão teórica idealizada pelas massas. Sendo assim, a organização anarquista plataformista – não os militantes anarquistas em particular – seria a legítima vanguarda das massas, igual ao partido bolchevique, diferenciando-se destes pela aplicação da democracia direta e por não propugnar a tomada do poder. Mas em ambos os casos atuam dentro da classe trabalhadora ou do movimento social como membros de uma organização e respondendo aos seus interesses (não aos do movimento operário): têm uma prática similar. Esta ficção só pode ser sustentada se deixarmos de lado a contradição entre massas com supostos instintos libertários e a necessidade de uma organização que atue como dirigente, ou orientadora no melhor dos casos. Assim, se erigem no partido que expressa a vontade das massas, da mesma forma inconsulta como os bolcheviques se referem à classe operária.

Evidentemente, da óptica plataformista/especifista a inserção social estaria na vereda oposta do entrismo e do dirigismo aos movimentos sociais. Mas não se afastam de uma concepção "política", entendida como gestão mediadora e orientadora das massas. Neste aspecto é onde o plataformismo evolui em direção a uma relação com os partidos da esquerda revolucionária e com aparatos e instituições do "poder popular". Os apoios críticos a políticas de esquerda e à tarefa de construir um poder popular são

constituídos nos eixos de aproximação com a esquerda autoritária, a qual consideram um aliado tático.

Apesar de toda sua retórica esquerdista, os plataformistas e especifistas foram sempre pouco sérios com suas categorizações. Assim, as massas são tomadas como sujeito revolucionário, enquanto se fala de luta de classes e materialismo dialético sem reparar que uma classe social é só uma parte das massas. Os camponeses, os operários, a classe média e os pequeno-burgueses segundo seu ponto de vista pareceriam atuar sempre igual, defendendo interesses comuns, em qualquer contexto histórico e geográfico. E mais surpreendente ainda se tratando de anarquistas, o Estado como instituição histórica quase não mereceu nenhuma consideração especial em suas análises. Neste sentido o plataformismo é mais rudimentar ainda que as expressões mais cruas do bolchevismo.

No interior da organização plataformista, supõe-se que a democracia direta e o federalismo são os mecanismos horizontais pelos quais todos os membros da organização chegam ao acordo político. As decisões se obtém por maioria, enquanto a minoria aceita disciplinadamente a posição predominante ou tem a liberdade de cindir se considera que posição majoritária lesa seus direitos. O resultado é sempre a unidade tática e ideológica em ambos os casos, ainda que se quebre o princípio de unidade organizativa. Ou seja, se a minoria acata a vontade majoritária, a unidade tático-teórica é sustentada mediante a disciplina partidária; se cinde, existem duas organizações – uma formada pela maioria e outra pela minoria – com unidade tático-teórica. É complicado imaginar como uma posição minoritária possa ir ganhando vontades em uma organização anarcopartidária, se a minoria se vê obrigada a obedecer ou a cindir.

Esta impossibilidade de debate interno se veria agravada no caso de se instituir um Comitê Executivo – como propunha Archinoff no texto original da Plataforma – que atue como guia teórico da organização. O comitê guia a organização, a organização guia os movimentos sociais e sindicais, que por sua vez guiam as massas. Assim se constrói o Poder Popular, sob a orientação da Organização Política Revolucionária. Por sorte as massas não sentem esta urgência de construir poder popular que os plataformistas lhes atribuem. A exigência de combinar programas de ação se deve mais a uma fobia plataformista à espontaneidade e à incerteza do que a uma verdadeira necessidade das massas.

Finalmente, argumentaremos um pouco sobre o assunto da tradução de Volin. Segundo afirma o plataformista A. Skirda:

> *A primeira tradução foi criticada como "má e preguiçosa", devido ao autor não ter tido o cuidado de "adaptar a terminologia e as frases ao espírito do movimento francês" (Le Libertaire, nº 106, 15-4-1927). Buscamos a que poderiam ser aplicadas tais repreensões e encontramos, de fato, vários termos expressamente deformados: "napravlenie", que significa de uma vez "direção" e "orientação", foi sistematicamente empregado no primeiro sentido. Aconteceu o mesmo com o nome "rukovodstvo", que é "conduta", e o*

verbo correspondente "guiar, levar, dirigir, administrar", que foram sempre traduzidos como "dirigir". O caso mais evidente está na última frase da plataforma: "zastrelshchik", "o incitador", foi traduzido como "vanguarda". É assim como com toques leves se pôde alterar o sentido profundo do texto. Termina sendo um incômodo porque o tradutor Volin foi depois um acérrimo detrator da Plataforma. (A. Skirda; Autonomie individuelle et force collective – les anarchistes et l'organisation de Proudhon à nos jours, 1987, p. 246)

Em primeiro lugar, devemos dizer que Skirda é um ensaísta totalmente tendencioso e exagerado, tudo isto diluído com uma boa dose de inaptidão profissional como historiador. E esta marcada inaptidão intelectual se manifesta na citação anterior, já que considera mal-intencionado o fato de que Volin tivera traduzido para o francês certos vocábulos russos que apresentam ambiguidade semântica, mas lhe escapa que precisamente nessa indeterminação do vocábulo reside o problema, não em uma indemonstrável e suposta má fé de Volin. Além disso, o próprio Archinoff poderia ter utilizado deliberadamente termos ambíguos, mas como sabê-lo ou prová-lo? Skirda fala de suas conjeturas como se fossem uma evidência irrefutável.

Parece fantástico que Skirda esqueça que Volin era um exímio tradutor, que foi justamente Volin quem salvou os manuscritos originais de Archinoff da "História do Movimento Makhnovista" – obra que depois traduziu ao francês – e que apesar de seu distanciamento ideológico, Archinoff nunca duvidou da capacidade nem da honestidade de Volin neste sentido.

Na realidade, todo este conto da tradução mal-intencionada tem como objetivo justificar a rejeição de Malatesta, que baseou suas críticas na versão de Volin. Agora, reduzir a rejeição da Plataforma por quase a totalidade do movimento anarquista a um problema de tradução é inédito na história das ideias. Semelhante polêmica lembra os esforços dos reformistas cristãos por uma tradução correta da Bíblia que substituísse a Vulgata latina. Não ocorreu um caso similar na história com textos infinitamente mais complexos – como o de Hegel ou Marx – o que se mostra como uma solução infantil frente a uma rejeição tão argumentada quanto generalizada. A ninguém ocorreu assegurar que a "heresia estalinista" se deve à leitura de uma tradução errônea das obras de Marx e Engels. Mas tampouco uma tradução correta fez da Plataforma um documento imune às críticas, o que parecia ser a pretensão de Skirda. Todas as citações em que aqueles que no presente impugnamos os pontos de vista plataformistas nos baseamos estão fundamentadas na tradução correta que os próprios plataformistas fizeram. A Plataforma naufraga em qualquer uma de suas versões; isso é o que se desprende de sua leitura.

NOTAS

[1]Muitos dos pensamentos que são atribuídos a Bakunin foram tomados de sua correspondência pessoal, equiparando-os aos textos políticos que foram escritos com a intenção de serem divulgados publicamente. As citações fora de contexto geram confusões, devido a estarem em conflito com as ideias mais gerais de Bakunin, brilhantemente expostas por Capelletti em El Pensamiento de Bakunin.

[2]El movimiento anarquista uruguayo em los tiempos de cólera; em http://www.alasbarricadas.org/noticias/?q=node/8156. Uma excelente síntese da história do anarquismo uruguaio moderno.

[3]Wooden shoes or platform shoes? Em http://www.inspiracy.com/black/wooden.html.

[4]Algunas reflexiones sobre el extravío teórico ideológico en el pensamiento ácrata contemporáneo, Gustavo Rodríguez; em http://www.nodo50.org/ellibertario/descargas/Algunasreflexionessobreelextravio.doc, uma crítica implacável e irreverente ao plataformismo e outros “ismos”.

[5]Esta citação e a seguinte em: Los sediciosos despertares de la anarquía, Daniel Barret, em http://www.nodo50.org/ellibertario/descargas/Despertares-Barret[1].rtf.